

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE - MPC

AS MEMÓRIAS ORAIS DE CORUPÁ, TERRA DOS XOKLENG E KAINGANG:
UMA LITERATURA A SER CONSTRUÍDA A PARTIR DE OLHARES DOS
DESCENDENTES DOS COLONIZADORES

FABIANE HELLER
ORIENTADORA PROFESSORA DOUTORA DIONE DA ROCHA BANDEIRA

JOINVILLE – SC
2015

FABIANE HELLER

AS MEMÓRIAS ORAIS DE CORUPÁ/SC, TERRA DOS XOKLENG E KAINGANG:
UMA LITERATURA A SER CONSTRUÍDA A PARTIR DE OLHARES DOS
DESCENDENTES DOS COLONIZADORES

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade na Universidade da Região de Joinville - Univille, na linha de pesquisa de Patrimônio e Sustentabilidade.

Professora Orientadora: Dra. Dione da Rocha Bandeira.

JOINVILLE – SC

2015

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

H477m Heller, Fabiane
As memórias orais de Corupá, terra dos Xokleng e Kaingang: uma literatura a ser construída a partir de olhares dos descendentes dos colonizadores/ Fabiane Heller; orientadora Dra. Dione da Rocha Bandeira- Joinville: UNIVILLE, 2015.

102 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade – Universidade da Região de Joinville)

1. Índios. – Corupá (SC). 2. História oral. – Colonização.
3. Memórias. I. Bandeira, Dione da Rocha (orient.). II. Título.
CDD 980.41


Termo de Aprovação

“As Memórias Orais de Corupá, Terra dos Xokleng e Kaingang: Uma Literatura a ser Construída a partir de Olhares dos Descendentes dos Colonizadores”

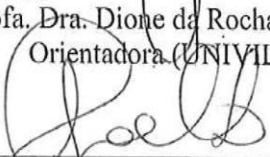
por

Fabiane Heller

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestra em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovada em sua forma final pelo Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade.




Prof. Dra. Dione da Rocha Bandeira
Orientadora (UNIVILLE)




Prof. Dra. Ilanil Coelho

Coordenadora do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade

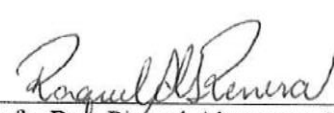
Banca Examinadora:




Prof. Dra. Dione da Rocha Bandeira
Orientadora (UNIVILLE)



Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira
(UFPEL)



Prof. Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera
(UNIVILLE)



Prof. Dra. Taiza Mara Rauen Moraes
(UNIVILLE)

Joinville, 15 de dezembro de 2015.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos decorrem normalmente de presenças durante o processo, ajuda e apoio recebidos, de alguma forma, através de alguém cuja evidência física é inegável. Entretanto tenho a agradecer, essencialmente, a pessoas que fisicamente não se encontram mais nesta dimensão. Se não fosse pelos meus saudosos avós, esta dissertação não ocorreria, não desta forma.

Obrigada, vovô e vovó Soares, por me contarem as histórias dos “bugres” incansavelmente.

Obrigada, meu pai, Everaldo por percorrer comigo na infância, de caminhão carregado de bananas, os locais descritos pelo vovô e também por falar tanto da serra do Garajuva, onde os bugres viveram até 1969, um ano após o meu nascimento.

Obrigada, mãe, por guardar a flechinha que o vovô me mostrava. Obrigada por ter me dado força na caminhada, por me contar coisas a respeito desta história, que embora não estejam registradas na metodologia aqui proposta, por conta de uma falha minha, ficarão para sempre guardadas em minha memória. E embora você não tenha ficado para acompanhar a minha banca final, sei que estará sempre comigo! Obrigada, te amo infinitamente!

E, fisicamente, creio que Deus foi maravilhoso demais comigo, colocando anjos em minha vida, os quais, a seu jeito e tempo me incentivaram a continuar, mesmo que brigando comigo e me deixando descobrir a tecnologia e suas implicações (não sou da geração do computador e me diverti e também chorei muito com ele). Meus filhos, vocês são essenciais em minha vida e igualmente o foram no desenvolvimento desta pesquisa. Compreenderam as minhas chatices, me devolveram frases ditas na infância de vocês: “Você consegue!”, “Não adianta chorar, tens que fazer”. “Não deixe tudo para a última hora”.

Richard e Germana, serei eternamente grata a vocês por chegar até aqui. Consegui!

Professora Dione, Obrigada!!! Obrigada pela companhia, obrigada por ler meus e-mails intermináveis, obrigada por compreender meus problemas, obrigada pelas orientações, questionamentos e encaminhamentos. Você foi, é e será sempre e sempre a grande responsável pelas melhorias e aprofundamentos que consegui alcançar naquilo a que me propus. Admirada com todo o seu conhecimento sempre almejei fazer o melhor para não decepcioná-la. Às vezes penso: e se não fosse a Dione? Gratidão gigante, querida professora!

Professora Sandra Guedes, obrigada! Se continuei o Mestrado também devo a você que me disse na primeira apresentação que eu teria condições de desenvolver muito,

exatamente no dia em que pensei em desistir, sair pela porta sem olhar para trás, afinal eu era uma pedagoga em um grupo de historiadores e advogados, psicólogos, enfim, um grupo tão diverso, mas que falava de coisas que eu não fazia ideia. Professora, você seguiu sendo modelo para mim, sempre quis me aproximar do seu perfil, falar com propriedade e desenvoltura, um dia eu chego lá.

Professora Ilanil, obrigada!!!! Sou sua fã incondicional! Todas as indagações feitas na banca de acesso ao Mestrado me fizeram perceber o quão grande seria o compromisso para desenvolver esta pesquisa. Aprendi com você que nada, absolutamente nada, pode ser superficial, tampouco apresentado como definitivo. Suas aulas eram o máximo! Não tem como ter um pensamento superficial diante de você.

Professora Maria Luiza Schwarz, talvez você não saiba o quanto foi importante. Talvez não dimensione que em um único mês de aulas tenha feito inferências tão fortes em minha confiança e determinação para seguir. Você é exemplo! Obrigada, muito obrigada!

Professores Euler, Taiza, Raquel, Andrea, Nadja, muito obrigada, vocês são gigantes em conhecimento e responsáveis por eu querer continuar e ir além do Mestrado. Verdade, me espelho em vocês, quero ir além. Apesar de todas as dificuldades, o Mestrado poderia continuar para sempre, pois tenho a certeza de que eu continuaria aprendendo muito. Vocês são os melhores!

Professora Sueli de Souza Cagneti, você não nos acompanhou neste mestrado, mas sabe as sementes que plantou já na minha infância, o gosto pela leitura e o modelo de intelectualidade. Não preciso dizer que sou discípula incondicional, não é? Desde sempre, admiração e respeito!

Deus, obrigada por me proteger, fortalecer e conduzir, sem Ti nada sou.

Sigamos, então, para o próximo desafio... Obrigada!

LISTA DE FIGURAS

Foto 1 – Ponta de flecha guardada pela autora desde 1976 e boletim da autora do ano de 1978	13
Foto 2 - Material utilizado pelos indígenas para preparar as flechas segundo a Sra. Renate Berthelsem, proprietária (peça com 30 cm aproximadamente).....	23
Foto 3 - Porto dos Imigrantes	45
Foto 4 - Avenida Getúlio Vargas em Corupá/SC. Possível trecho do Caminho do Peabiru....	46
Foto 5 - Nasce a cidade de Hansa Humboldt.....	47
Foto 6 - Casa dos avós maternos na Rua Otto Hilbrecht em Corupá – SC	48
Foto 7 - Casa dos avós maternos em 1957	49
Foto 8 – Cerâmica arqueológica coletada na localidade de Bomplandt, Corupá em 2001.	50
Foto 9 - Sítio arqueológico cerâmico Bomplandt, Corupá em 2001	50
Foto 10 - Pórtico que faz a divisa dos municípios de Corupá e São Bento do Sul, entre os bairros Bomplandt e Osvaldo Amaral	51
Foto 11 - Casa do avô paterno. Localidade: Rio Novo	52
Foto 12 - Casa do tio paterno. Localidade: Garajuva.....	52
Foto 13 - Casa do tio paterno nos dias atuais	53
Foto 14 - Lomba dos Bugres. Localidade: Ribeirão dos Correias	53
Foto 15 - Local conhecido como “lomba” (Data: 25/08/2015).....	56
Foto 16 - Flechas indígenas encontradas em Corupá, no terreno da Sra. Renate Berthelsem .	63
Fonte: A autora (Data: 25/08/2015)	63
Foto 17 - Flechas indígenas e mãos de pilão encontradas em Corupá, no terreno da Sra. Renate Berthelsem.....	64
Fonte: A autora (Data: 25/08/2015)	64
Foto 18 - Margem do Ribeirão Correias, em Corupá.....	65
Fonte: A autora (Data: 25/08/2015)	65
Foto 19 - Autora na margem do Ribeirão dos Correias, em Corupá (Data: 25/08/2015)	65
Foto 20 - Índio Xokleng, denominado de Botocudo	66
Foto 21 - Primeiros indígenas em Ibirama	67
Foto 22 - Martinho Marcelino de Jesus	68
Foto 23 - Expedições de bugreiros	68

Foto 24 – Mapa da região em que se localizam as residências dos avós paterno e materno, (Corupá, 2015)..... 85

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A HISTÓRIA ORAL COMO FONTE DE PESQUISA	17
1.1 História oral e a memória	19
1.2 Memória	30
1.2.1 Memória e imagens em relação ao passado	30
1.2.2 A complexidade da relação entre a memória individual e coletiva, retenções e esquecimentos	32
1.2.3 A evocação da lembrança.....	35
1.2.4 Os campos individual e coletivo das identidades e memórias etnográficas.....	41
2 A CHEGADA DOS COLONIZADORES EUROPEUS	44
3 O MORADOR DAS FLORESTAS: AS PROVAS DE SUA EXISTÊNCIA E O SEU DESAPARECIMENTO	62
4 REPENSANDO A IMIGRAÇÃO E A COLONIZAÇÃO.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICE A - AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM.....	94
APÊNDICE B - FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE ENTREVISTA ORAL.....	95
APÊNDICE C - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS.....	99
APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	100
APÊNDICE E - TERMO DE DOAÇÃO DE ENTREVISTA ORAL	102

RESUMO

Este trabalho pretende, por meio das memórias dos descendentes dos colonizadores do município de Corupá/SC e da metodologia da história oral enquanto fonte documental de pesquisa, problematizar o processo de colonização do município, a relação entre o indígena e o colonizador no início do século XX, revelando no tempo presente os imbricamentos deste processo, além de identificar locais e objetos que demarquem as vivências e referenciem os índios Xokleng e/ou Kaingang e suas relações com o europeu colonizador. Sendo assim, as histórias movimentaram o imaginário do período, onde o indígena foi envolto em discursos que o identificavam ora como selvagem, ora como pacífico, sendo-lhe, entretanto negadas as suas inferências nos documentos escritos à época, por serem, essencialmente, povos ágrafos e justificando, ainda, o ideal colonizador que efetuava discursos voltados aos seus interesses. Os sujeitos sociais que empreendem falas e trazem para o espaço escrito as subjetividades que a memória compreende, caracterizam discursos a partir de seus lugares no momento histórico, representando, neste caso, o que seus ascendentes viveram e, de alguma forma perpetuaram, seja através da oralidade, de objetos guardados como troféus pela história vivida ou ainda, demarcando locais de passagem indígena onde objetos foram encontrados.

Palavras chave: Colonização; Memória; Indígena.

ABSTRACT

This paper intends, through the memories of the descendants of colonist from the city of Corupá in the state of Santa Catarina and the methodology of oral history as a documentary source research, questioning the city's colonization process, the relationship between the native and colonist in the early twentieth century, revealing in this time interlaced this process, and identify places their relations with the European colonizers. Therefore, the stories moved the imagination of the season, where the native was wrapped in speeches that identified either as wild, sometimes as peaceful, and you, however denied their inferences in documents written at the time, because it is essentially unwritten people and justifying also the ideal colonizer who effected speeches aimed at their interests. Social people who undertake talks and bring the space written subjectivities that the memory comprises, featuring speeches from their seats in the historic moment, representing, in this case, which their ancestors lived and, in some perpetuated form, either through oral, objects kept as trophies by lived history or, demarcating indigenous passing places objects were found.

Keywords: Colonization; Memory; Native.

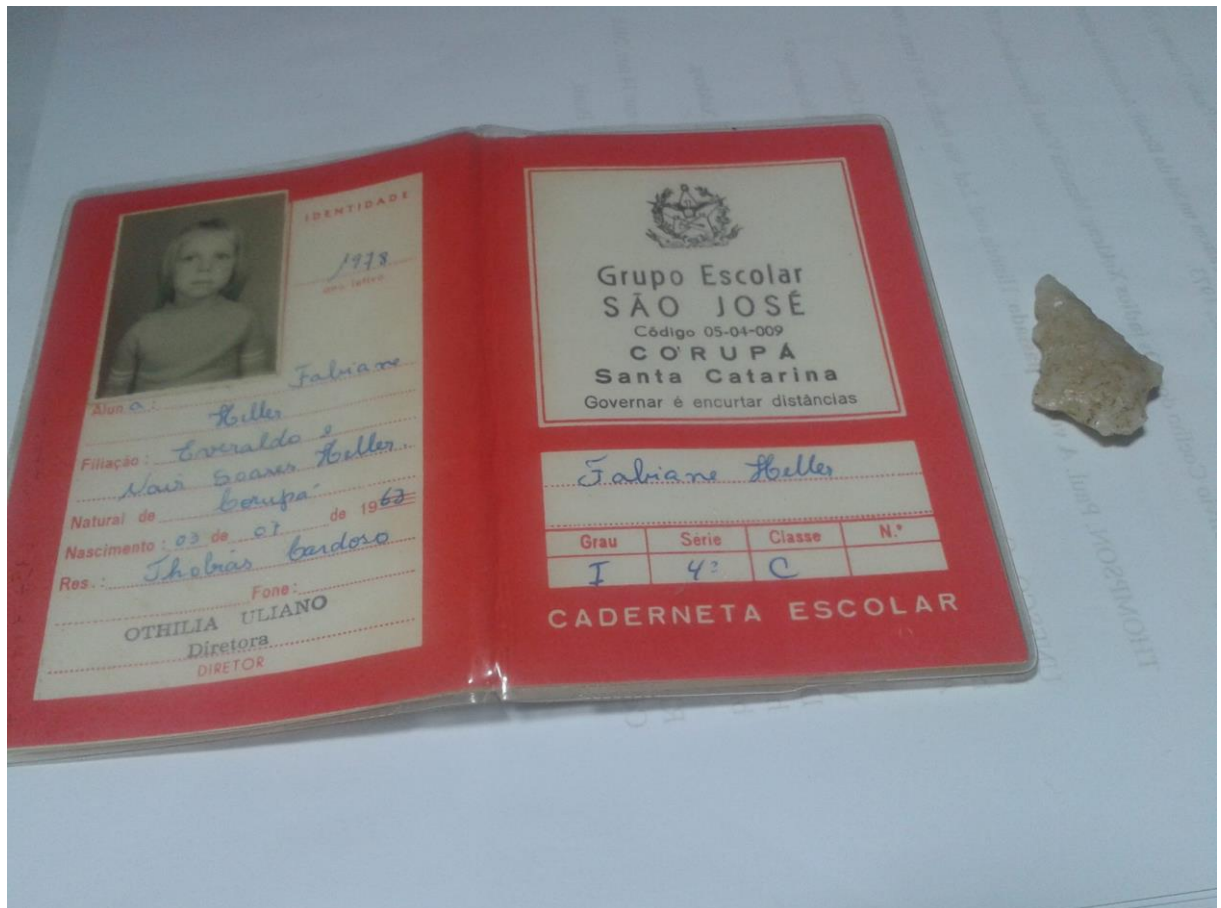
INTRODUÇÃO

Esta dissertação surge do silenciamento ocorrido há 37 anos, quando a criança do passado representa em um texto da escola as memórias de seus avós, compartilhadas após o almoço, na sesta tradicionalmente mantida pela família. A casa dos avós era o lugar preferido dos netos, pois o aconchego do campo, o leite fresco, o pão caseiro, eram delícias que, agregadas ao tempo destinado a conversas e histórias, davam ao momento o tom de que memórias de família mereciam ser compartilhadas. O avô materno, Eugênio Soares Pereira, descendente de portugueses, a avó materna Helena Emma Hetwig Knoll Soares Pereira, descendente de alemães. Gostavam de contar histórias do local onde moravam. Entre as histórias contadas a que os netos mais apreciavam era a de que naquele lugar existiram índios e que fizeram contato com eles os primeiros colonizadores a fixar residência por ali. Memórias acerca das primeiras construções, das dificuldades, das conquistas, tudo era repetido em todas as férias que os netos ali passavam. A escola, onde estudavam os netos, ficava no centro do município de Corupá¹/SC, mantida primeiramente e depois administrada pelas irmãs franciscanas. Foi no ano de 1978 (Foto 1) que, após o retorno às aulas, o conhecido tema “Minhas férias” foi solicitado à turma da 4ª série e nele foi descrito o relato dos avós. Embora nos bancos escolares do município jamais houvesse ouvido falar dos “bugres mansos” (provavelmente mestiços de índios e brancos), a história contada, especialmente pelo avô materno, foi reproduzida na linguagem infantil. Porém, a professora, não acreditando nos relatos feitos atribui nota NA (Necessita de Atenção), que tinha o valor de Zero e justifica por extenso na prova: Mentirosa! Este episódio é o que motiva esta dissertação. As investigações iniciam, primeiramente com os demais familiares, os avós paternos apenas dizem que “lá no mato eles passavam, chegando bem perto da ponte, onde se

¹ Segundo o IBGE (2014), em 1895, chegaram a Joinville Axel Von Diringshofen e o agrimensor Gieseke para medir as primeiras áreas de terras do atual Município de Corupá. Os primeiros colonizadores do povoado foram Otto Hillbrecht e seus filhos Otto e Wilhelm Ehrhardt e sua esposa, que chegaram em julho de 1897. No mesmo ano, foram seguidos por outras famílias, todas alemãs e que tiveram que enfrentar uma série de obstáculos, desde o ataque dos índios e animais ferozes até o trato da terra bruta e a falta de meios de locomoção. Com três anos de fundação, em 1900, foi construída a primeira escola, cujos os professores ensinavam em idioma alemão, por falta de quem ensinasse em português. O fator decisivo para o desenvolvimento do local foi a construção da estrada de ferro que, iniciada em 1910, ligou o porto de São Francisco ao planalto de Santa Catarina. Inicialmente o Município era conhecido pelo nome de Hansa Humboldt, em homenagem ao cientista alemão Barão Alexandre Von Humboldt. Em 1958, o Município foi emancipado, passando a chamar-se Corupá, nome de origem tupi-guarani.

dividiram; os homens seguiram um caminho, as mulheres outro. E subiram a serra, para o lado do Sertão e Rio Novo”. Estes locais são percorridos para recolher banana para o depósito e comércio do avô paterno. A curiosidade infantil leva a criança a encorajar-se e continuar perguntando e o pai descreve, nas passagens de caminhão para recolher banana, os possíveis locais onde os indígenas ficam, especialmente, o Morro do Garajuva, e o local perto das cachoeiras. O tempo passa, a curiosidade não. A ausência de registros oficiais (leia-se: escritos) no município de Corupá alusivos à existência de indígenas e da trajetória de conquista praticada pelos colonizadores, instiga a buscar outras “provas”. Há uma pequena flecha guardada carinhosamente pelo avô...

Foto 1 – Ponta de flecha guardada pela autora desde 1976 e boletim da autora do ano de 1978



Fonte: A autora (2015)

Esta pesquisa não só deu-se das memórias da pesquisadora, mas partiu delas. Remete às memórias dos descendentes dos colonizadores, apresenta objetos que se misturam com memórias e locais, aborda uma complexidade que se engendra na trajetória do município em suas relações sociais descritas em um contexto de conflitos interétnicos vividos no momento

de colonização. Considera, para tanto, o instrumental teórico-metodológico provido pela Metodologia da História Oral, com endosso das teorias relativas à memória, pensando os objetos como suportes destas memórias.

O objetivo desta dissertação é o de problematizar construções da história da colonização do município de Corupá - SC, que demarquem as vivências e referenciem os povos indígenas Xokleng (este grupo se auto denomina Laklãnõ) ou Kaingang, da família linguística Gê, e suas relações com o europeu colonizador, identificando, através da história oral de descendentes, a história que os registros formais subestimaram; como a importância da cultura indígena e as implicações da colonização. Como objetivos específicos, buscou-se situar geograficamente locais que denunciem a existência dessas sociedades no passado; emergir memórias dos descendentes dos colonizadores a respeito da colonização e do conflito de culturas no município; elencar aspectos da colonização europeia em Corupá; identificar objetos guardados pelos descendentes dos colonizadores e seus locais de origem, que remetam à presença indígena no município.

A dissertação visa problematizar elementos da memória dos descendentes de colonizadores do município de Corupá - SC, os quais, além de descreverem a existência das comunidades indígenas Xokleng e/ou Kaingang em solo corupaense, discorrem em suas memórias sobre os conflitos havidos e rompem com a hegemonia pretendida pelo europeu colonizador.

Assim, a proposta objetiva expor um contexto onde as identidades estão fragmentadas, a incerteza está instaurada, o provisório e o efêmero compõem um cenário de anseio pela identificação e pelo pertencimento. Alteridade, senso de pertencimento nos parecem fundamentais, considerando que a relação entre memória e identidade promove o senso de pertença, vital para construir relacionamentos de valor com os interessados, ou seja, aqueles que fazem parte destas memórias. O imaginário coletivo e a trajetória de indígenas e colonizadores ao longo dos anos que formaram o discurso do processo de colonização do município de Corupá, nos parecem valiosos e entendemos que tanto fatos isolados como aspectos da trajetória poderiam ser compilados de forma institucional, algo que precisa ser melhor construído no município.

A pesquisa realizada nesse estudo pode ser classificada como pesquisa de campo exploratória, através de abordagem direta. A mesma elenca subsídios para que se obtenham informações a respeito do que a história formal não registrou, compreendendo-se, assim, parte da história de Corupá, identificando objetos, locais e relatos sobre a presença indígena no município na época da colonização.

A metodologia de pesquisa utilizou-se do método histórico-oral, o qual permite perpetuar fragmentos históricos não registrados formalmente, relativos principalmente à presença de índios no município e as implicações durante e após a colonização.

Quanto ao procedimento, o estudo foi realizado através de observações, em contato direto da pesquisadora com os sujeitos desta pesquisa, no caso, descendentes dos colonizadores do município, tendo prioridade os sujeitos mais velhos que foram localizados, em número de cinco pessoas. Cabe ressaltar que o Comitê de Ética em pesquisa da Univille analisou e aprovou (Parecer Consubstanciado, anexo ao final desta dissertação) a pesquisa com as referidas entrevistas, solicitando apenas que fossem agregados à proposta inicial, os possíveis riscos aos pesquisados, considerando que a pesquisa em si não acarretou riscos que prejudicassem o bem estar físico ou mental e moral de cada um, pois a mesma foi realizada com a exposição clara de seus objetivos, de acordo com a ética e a metodologia em História Oral - Termo de doação de Entrevista Oral, Ficha de Identificação de Entrevista Oral, Roteiro para Entrevistas e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme observa-se nos Apêndices E, B, C e D, respectivamente. Os sujeitos não foram submetidos a qualquer tipo de pressão, sendo que a participação ocorreu de forma voluntária, levando em consideração o respeito e a ética que merece o ser humano. Sendo esta pesquisa qualitativa, sua essência é promover ações de transformação da realidade via consciência crítica.

O instrumento de coleta de dados foi a entrevista semi-estruturada com perguntas abertas, obtendo-se registros orais de forma a permitir o máximo de liberdade ao entrevistado, traduzindo-se em maior fidelidade ao estudo da pesquisadora.

Foram inventariados os locais com objetos - possíveis sítios arqueológicos, com as informações disponibilizadas nas entrevistas, possibilitando sua localização aproximada e possibilitando seu estudo em pesquisas futuras.

Os materiais arqueológicos encontrados pelos entrevistados e algumas vezes apresentados, foram fotografados e serão devidamente catalogados pela pesquisadora após análise e caracterização tipológica preliminares do material arqueológico que será feito futuramente por profissional competente.

No primeiro capítulo, em um encontro com os referenciais teóricos acessados, abordamos conceitos que abarcam o propósito da história oral para que, numa perspectiva de historicidades, sejam apreendidos em sua multiplicidade de sentidos e arranjos que contempla este reencontro com o passado. Este diálogo reforça o romper do paradigma de que a fonte documental escrita é a única capaz de compor significados, através de seu *modus operandi* e,

por outro lado, a história oral por ora apresentada, não se estabelece engessada em modelos que possam vir em detrimento do documento constituído na fonte escrita.

No segundo capítulo buscamos elucidar aspectos da colonização europeia em Corupá, constatamos a manipulação de informações expressa por quem fez os registros escritos a respeito do processo de colonização, no sentido de apropriar-se da imagem heroica, igualmente estendida aos bugreiros, que se constituíam em milícias contratadas pelo governo para capturar os indígenas e levá-los para locais seguros. Entretanto, variadas fontes destacam ações pautadas na violência e coação. Na revista História Catarina, de acordo com Glauco Silva (2010), os bugreiros são retratados como assassinos de índios e responsáveis pelo extermínio dos nativos. Sendo o mais famoso deles, Martinho Bugreiro, nascido em Lages em 1869, o qual teria respondido ao governo provincial quando indagado acerca do assassinato de índios sem autorização: “Por favor, senhores, deve haver algum engano, eu não matei cem índios sem a vossa autorização. Em defesa dos colonos e de suas propriedades eu matei mais de mil índios” (SILVA, 2010).

Aspectos coercitivos, de exploração, desigualdade e de evidenciação de uma cultura dominante, que apareceram nos registros primeiros, rendem-se à alteridade expressa na oralidade, a qual dimensiona, além de sentimentos de identidade, os processos que envolvem a relação entre a história oral e as fontes documentais.

No terceiro capítulo findado o conteúdo investigatório, a abordagem é dirigida para o morador das florestas, indagando sobre seu destino apresentamos os aspectos levantados, especialmente os caminhos do processo de recuperação da história destes indígenas, demonstrando através das entrevistas, dos materiais encontrados ou apresentados pelos entrevistados, a discussão propriamente dita das memórias entremeadas de evidências, reticências e esquecimentos.

No quarto capítulo, realizadas as análises dos principais aspectos apresentados nas narrativas, interpretamos, à luz da história oral e das teorias acerca da memória, as percepções do processo de colonização evidenciadas no desdobramento desta pesquisa, em um breve olhar acerca da etnohistória, onde destacamos a relação deste estudo e seus imbricamentos em um contexto atual e das possibilidades de pesquisas futuras dentro desta linha.

1 A HISTÓRIA ORAL COMO FONTE DE PESQUISA

De acordo com Thompson (1998, p. 337) “a história oral devolve a verdadeira história às pessoas em suas próprias palavras. E, ao dar-lhes um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas”.

Embora seja preciso considerar o interesse destas pessoas acerca deste passado que remete aos seus ascendentes, a visão de futuro construído a partir do que lhes traz a memória, seja libertando-os das visões do passado, seja contemplando-as em um novo contexto ou ainda preservando aquilo que lhe é caro como “memória de família”, memórias compartilhadas, destacamos que a metodologia proposta permite a expressão com liberdade. A realidade compartilhada pela oralidade, não é, necessariamente, levada a termos de veracidade histórica, mas apreendida em sua dinâmica para que se apresentem os vínculos sociais e as identidades individuais e coletivas.

Ainda segundo Thompson (1998, p. 25) “a realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista”. Algumas expressões se fizeram presentes nas entrevistas como anúncio de que se tratava de tempos idos, sobre os quais já não temos influências que não sejam aquelas de tematizar o efeito da memória e evidenciar a importância do eco das vozes de quem “fez história” no município. Expressões como “tempos difíceis”, “aqui não tinha nada”, e “lá... no duro tempo dos meus avós” parecem transbordar que, apesar do efeito do tempo sobre a memória, referências fortes foram passadas acerca do que fora vivido. O efeito do tempo sobre a memória precisa ser pensado nesta discussão e, conforme Ricoeur (2007), nas suas dimensões e dificuldades em que se passa esta relação da memória com o passado, ou seja: a difícil reconciliação da memória como experiência altamente individual, privada e interna para sua caracterização como fenômeno coletivo, social e público, a relação entre a imaginação como uma função do tempo e a falta ou existência de âncoras para a memória e, ainda, o direito de introduzir considerações patológicas na relação memória versus construção da identidade pessoal e coletiva (excessos e insuficiências). Especialmente nesta pesquisa, por tratar-se de memórias de descendentes de colonizadores, há que se ter a referência de que esta “mediação” sofre influências, sejam de ordem temporal com os efeitos do tempo em memórias desprovidas de imagens para a associação sejam da individualidade destas memórias e as implicações subjetivas a esta primazia.

O questionamento sobre a fidedignidade das fontes consultadas evidencia-se quando se trata da história oral. Esta subjetividade precisa considerar as condições e a pré-disposição do depoente e as circunstâncias de cada encontro. *Vis a vis* com a desconsideração ao que não é comprovado como significativo, por influência dos historiadores positivistas, passamos a diferenciar apenas o certo do errado, desconsiderando a memória como conexão com a história.

Sob outro prisma, revela-se a memória coletiva, instaurada através dos registros formais, onde a história foi apresentada pela hegemonia do europeu colonizador, assumindo o comando de conservação e organização das memórias individuais reforçadas em atos de ritualização como as comemorações acerca do processo de colonização onde os jogos de linguagem favorecem a apropriação do curso dado aos fatos com ascensão do pertencimento e manutenção de grupo.

Inventariar nossa herança não apenas como um povo branco cuja descendência é do europeu, mas elencando aspectos de nossa cultura marginalizados e, em partes, ignorados, consiste em reconhecer que culturas indígenas contribuíram para a formação de um povo miscigenado. Nesta perspectiva, certamente, questões filosóficas, além das históricas, imbricaram em um contexto onde conceitos são reformulados, valores são agregados, termos são associados e a organização social de um povo será aparente e conceitual, assimilando uma nova realidade, onde se distingue a cultura ocidental da indígena, embora ambas ocupem igual relevância. Hipoteticamente, uma mobilização nestes moldes há de fortalecer uma identidade que se configura na zona limite entre seu ressurgimento e desaparecimento, haja vista a limitação de fontes para o trabalho através de fontes orais. Mas é o que se pretende?

De acordo com Eagleton (2011, p. 19) “os interesses políticos governam os culturais, definindo assim, uma versão da humanidade”. Sendo que nos parece pertinente esta reflexão nos interstícios frente aos questionamentos acerca do aviltamento desta parte da história do município e devida ao povo corupaense.

Ao iniciar o projeto de mestrado pensávamos em recontar a história da relação e do conflito entre indígenas e europeus em Corupá. Acreditávamos em uma história que não fora devidamente registrada onde apenas a imagem de atos heroicos dos colonizadores havia sido preservada e que este era o objetivo de quem o fez. Postulávamos que os indígenas haviam sido marginalizados duplamente, quando da invasão de suas terras pelo europeu colonizador e, após, quando sua história foi contada apenas do ponto de vista europeu. Foi o que de fato constatamos ao longo e ao final desta pesquisa. Embora, no decorrer desta pesquisa, nos deparamos com registros “oficiais” escritos, os quais denunciavam a existência de indígenas

em terras corupaenses, além de revelar o massacre sofrido e identificar sua existência e sua passagem marcada em materiais líticos encontrados e catalogados por pesquisadores leigos e independentes. Uma parte desta história havia sido registrada por José Kormann em sua obra **Hansa Humboldt ontem, hoje Corupá**, datada de 1985, a qual remete a um registro de história oral, concebido através de entrevistas do historiador com o filho de um dos colonizadores de Corupá, senhor Gehardt Hermann, cujas memórias estão compiladas no livro, assim como fotos, documentos de época cuidadosamente guardados pelo relator.

As histórias narradas nesta dissertação desvelam um cenário construído pelo olhar dos descendentes, os quais procuram ressignificar a imigração e o pioneirismo de seus ascendentes, bem como chamar atenção para o conflito e sofrimento que povos indígenas que aqui viviam passaram e que de uma certa forma se estendem até os dias de hoje. Embora não objetivemos confrontar os suportes documentais no processo em que se dão estas narrativas, é preciso que sejam interpretadas à luz da descontinuidade espontânea, em decorrência do tempo.

1.1 História oral e a memória

Aquilo a que Michael Pollak (1989) destaca a respeito da oposição à memória oficial, não representa integralmente a intenção deste documento, mas a intencionalidade desta pesquisa revelava-se através desta linha de pensamento, quando dá voz aos excluídos. De acordo com Pollack:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica (POLLAK, 1989, p. 4).

Ora, se Pollack (1989) destaca que o caráter de privilégio dos marginalizados e a importância de memórias subterrâneas corrobora com o propósito opressor da memória coletiva, é um dos focos da pesquisa analisar e refletir sobre a ação do eurocentrismo historicamente construído.

No entanto, é preciso que nos situemos em relação ao que as memórias poderão emergir e a que se amparam os conceitos de “memória, metamemória, protomemória” e em

que base são construídos tais discursos. Conforme Candau (2011, p. 33), “um argumento mais forte é o da confusão entre a evocação e as lembranças propriamente ditas [...]”. A parte da lembrança que é verbalizada (a evocação) não é a totalidade da lembrança.

Em Le Goff (1992), são encontradas as mnemotécnicas que remetem aos diferentes sistemas de educação da memória no decorrer de vários períodos históricos de diferentes sociedades. É fundamental que o conceito de memória seja contemplado nesta dissertação, em suas nuances nas ciências humanas (como a história, a antropologia e a arqueologia).

O conceito de memória individual e memória coletiva se evidenciam neste diálogo, pois cada registro evoca uma confirmação através de outros descendentes de colonizadores ou ainda o que os registros escritos podem confirmar, como citado nas entrevistas realizadas. É como se, involuntariamente, houvesse a necessidade de preservar o que os registros escritos não esqueceram, quer seja para não conflitar com estes ou ainda para não desmerecer o que fora bravamente constituído por sangue e lutas de seus ascendentes. O coletivo é entendido, neste sentido, como o que não permite que se desvie da memória de um povo forte e soberano. É como se a configuração narrativa, de Ricoeur (2007), realmente se constituísse como preservação de uma identidade cultural, a qual não pode ser “ferida” por um relato oral, substrato de memórias individuais.

De acordo com Le Goff (1992), com o aparecimento da escrita há uma transformação da memória coletiva. Como falamos de duas sociedades que conflitaram, convém destacar que uma era ágrafa e a outra letrada. Privilegiados nesta condição por esta situação, os europeus colonizadores, além do registro coletivo, o faziam durante o processo. Publicações em jornais alemães eram constantes, onde se reverberava o índio como resistente, hostil e não civilizado, o “bugre”, conforme podemos constatar nas diferentes visões da “pacificação” que se multiplicaram não apenas através da oralidade, mas também através dos registros nos jornais locais. Rosilene Maria Alves, em sua dissertação de Mestrado “Se mostram de novo os bugres: Abordagens da Imprensa Catarinense sobre o Indígena. (1900-1914)”, destaca:

Os jornais são fontes riquíssimas de informações sobre o indígena ou, melhor dizendo, informações fornecidas pelo outro que aqui é o não-indígena. Portanto, não estamos lidando com a história indígena enquanto o que este pode documentar, escrever sobre si mesmo e até sobre o outro com quem entrava em contato. Mas sim, com um documento que historiciza este indígena, através do que o não-indígena escolheu escrever sobre ele. É o que se documentava num meio de comunicação de acesso exclusivo ao não-indígena naquele momento. São estes que, portanto, detêm o poder do discurso (ALVES, p. 33).

Ainda de acordo com Le Goff (1992, p. 475), com a escrita a significação se amplia quando a memorização é um mecanismo do qual o historiador lança mão, através de artifícios para os registros que tem sua intencionalidade, porém podem ser contextualizados alcançando novas nuances, para as quais não há um controle de temporalidade. Não é possível garantir que os saberes ou fatos históricos sejam perpetuados nas mesmas interpretações, entretanto a interpretação que lhe for dada no momento pode sofrer a influência da sociedade e das genealogias dominantes se entendidas como privilegiadas pela manutenção do saber letrado, sobre os quais os indígenas não tinham influência por serem povos ágrafos. É coerente, ainda, pensar que a “memória coletiva” teve e tem sua influência nas questões sociais, bem como de seus registros.

[...] a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção (LE GOFF, 1992, p.475).

A história do extermínio foi mantida, como o devir do progresso civilizatório e, portanto, verdadeira em seu propósito, subtraindo do indígena direitos de continuidade cultural. Para este propósito corroboram os registros, especialmente na região em que se deu esta pesquisa. E a ideia é reiterada quando, por vezes, os próprios descendentes colocam o indígena como incivilizado e hostil, sem considerar suas práticas de sobrevivência, a força e luta desta sociedade que se manteve durante décadas lutando por sua identidade e espaço. Seria o caso de não manchar a memória de seus ascendentes ou a história? Não contestar uma memória já consagrada em sua coletividade, ou, conforme Bergson (1999), um artifício da memória não detectado sequer pelos psicólogos em uma visão menos atenta dos recursos mnemônicos de que lançamos mão por não termos o monumento a quem nos apoiar?

Conforme Koselleck (2006), há tensões decorrentes entre o tempo de experiência e os horizontes de espera. Portanto, é significativo observar que as entrevistas foram realizadas em locais próximos de onde ocorreram conflitos entre colonizadores e indígenas e, a memória destas pessoas ancora-se nestes locais como evidências vivas do conflito para o qual o europeu foi vítima do desconhecido. Conforme revela a Sra. Marlene Hoffmann Corrêa, entrevistada em dezesseis de outubro de dois mil e quinze como descendente de colonizadores no município, os quais se instalaram no bairro Bomplandt, já divisa com terras de São Bento do Sul:

O meu bisavô seria August Knoll, que a gente ouvia dos nossos avós e mesmo da minha mãe que falava que vieram como colonizadores de Corupá, mas eu não posso, assim, detalhar de que forma aconteceu, como foi, quando. Eram europeus, acho que deve ter sido muito difícil porque a vovó, por exemplo, falava muito como eles vinham de São Francisco a cavalo, tinham que buscar alimentos, tudo pelo meio do mato, então isso se tornava difícil, foi difícil. Tudo foi difícil para eles, fácil não foi, de forma nenhuma, né? Mas, enfim, eles enfrentaram todas as dificuldades pra se instalar, se fixar, como um povo desbravador, bastante corajoso. Eles se instalaram no que hoje é a localidade de Bomplandt, o nome inclusive é por causa de um alemão que veio desbravar, que descobriu. E também o rio Humboldt, que é em função de um pesquisador e desbravador que veio pra cá e em função disso o nome da localidade e do rio. (CORRÊA, 2015)

Considerando como se compôs a história dos povos, caberia uma percepção sobre a questão étnica destacada por Le Goff (1992), onde a memória oral perpetuou ou perpetua aquilo que os registros oficiais (entenda-se escritos) insistiram em não enfatizar. Em relação à transmissão oral o autor destaca que “o primeiro domínio onde se cristaliza a memória coletiva dos povos sem escrita é aquele que dá um fundamento – aparentemente histórico – à existência das etnias ou das famílias, isto é, dos mitos de origem” (LE GOFF, 1992, p. 428).

Goody e Le Goff (1992) nos falam que a memória transmitida pela sociedade selvagem (sem escrita) não é uma memória de palavra por palavra, ou seja, essas sociedades não possuem procedimentos mnemotécnicos, não existe uma memorização mecânica.

O europeu dominava a escrita e, de outro vértice, o indígena era ágrafo e suas memórias a respeito do processo foram desprezadas na maioria dos registros “oficiais”.

Pretendemos especificar, não uma relação dicotômica apenas, mas a dinâmica desta relação. Conquanto, não se pretende perpetuar discursos, mas reavê-los, é necessário que se asseverem os cuidados para que as interações propostas não induzam a um mero discurso etnocêntrico, mas que vá além das diversidades culturais e remeta às interações culturais em seus contextos.

Destaca-se ainda, que os povos indígenas fizeram e fazem uso da tradição oral, através dela são transmitidas essências de sua cultura, sejam elas os costumes, sistemas hierárquicos e demais preceitos de cada sociedade indígena. Entretanto, nos registros formais o que se percebe são visões colonialistas, onde os remanescentes da cultura etnocêntrica poderão interpelar sobre estas interpretações e aferir a elas o significado que lhes for permitido pelas lembranças. Em relação ao fenômeno de evocação de lembranças, é possível expor os movimentos envolvidos, assim como compreender que o ambiente observado auxilia a identificar pontos estratégicos para um diálogo entre a memória e a história a ser contada.

Destarte prescindir do diálogo entre as memórias e a pluralidade de patrimônios, seria como desavir de arquivos chamados lugares de memória por Pierre Nora (1993) em “Entre

memória e história”, onde cita museus, arquivos, cemitérios, associações [...] e sítios arqueológicos, incluímos nós. Para o autor:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p.13).

Desta forma o que se percebeu foram as ancoragens mnemônicas quando das entrevistas, não raro as pessoas entrevistadas se apegaram a fotos ou aos locais onde, possivelmente, ocorreram contatos, conflitos, embora não tenham sido presenciados pelos entrevistados, assim como as peças (em cerâmica e material lítico) apresentadas por eles, eram acariciadas nos momentos de fala, como que reforçando o que estava sendo contado.

Interessante destacar que as referidas peças (foto 2) eram apresentadas pelos entrevistados como prova de uma cultura que não colocava os indígenas como vítimas apenas, mas como alguém que através de sua cultura estava preparado para o ataque do inimigo e também defendia o que julgava ser seu. Conforme relato da Sra. Renate Berthelsem², neta de colonizadores vindos da Alemanha:

Sim, aqui no Garajuvá que nós encontramos. Sim, no morro lá nós achamos e o que a gente viu foi que eles tinham feito fogo. Sim, a gente passava o arado e a gente viu que eles tinham feito fogo. Onde também eles aprontavam as flechas, pedrinhas assim, fininhas, a gente podia ver que era para preparar as flechas, isso, isso! (BERTHELSEM, 2015).

Foto 2 - Material utilizado pelos indígenas para preparar as flechas segundo a Sra. Renate Berthelsem, proprietária (peça com 30 cm de comprimento aproximadamente)



Fonte: A autora (Data: 25/08/2015)

² Entrevista concedida por Berthelsem, Renate. Entrevista II. [nov. 2015]. Entrevistador: A autora. Corupá. 2014. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação.

Buscamos então, compreender como ocorrem os processos de evocação de lembranças e de que forma essas evocações remetem à preocupação de manter “vivos” os locais onde tais fatos ocorreram. Identificar este fenômeno ou movimento nos forneceu novas perguntas onde a complexidade da memória demanda um estudo atento e paralelo ao patrimônio cultural indígena, neste caso recebendo atribuições diferentes, mas estando presente tanto sob o olhar de quem o produziu, no caso dos materiais líticos e cerâmicos apresentados, como o lugar de memória buscado na narrativa dos entrevistados. Este olhar nos remete ainda à questão das representações atribuídas pelos descendentes de colonizadores em relação ao indígena e vice-versa. Entende-se, que a história dos povos Xokleng e/ou Kaingang em terras corupaenses diz respeito ao seu patrimônio cultural, o qual tem o direito de nomeá-lo, identificá-lo, bem como, administrar resistências que outrora ocorreram para que essa história fosse contada e, trazê-la à luz, em suas lembranças, memórias e vivências. Dito isto, cita-se Thompson (1998, p. 30), “uma coisa é saber que as ruas ou campos em torno de uma casa tinham um passado antes que ali tivesse chegado; bem diferente é ter tido conhecimento, por meio das lembranças do passado, vivas ainda na memória dos mais velhos do lugar”.

A preocupação com o bem imaterial ou intangível é evidenciada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), a qual o trata como ação prioritária. Ora, se a possibilidade de perda desta identidade converge esforços de órgãos e entidades para que os registros do patrimônio tangível e intangível neste país sejam protegidos, consideramos que o patrimônio imaterial e material indígena, apesar dos anos passados tem sua razão de ser investigado e apresentado aos povos que o representam e à sociedade, como pertencimento à identidade individual e coletiva. Segundo Halbwachs (1990), as memórias são construções dos grupos sociais. Embora sejam os indivíduos que lembram, no sentido literal da expressão, são os grupos sociais que determinam o que é “memorável” e as formas pelas quais serão lembrados. Portanto, a memória é uma construção psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Por isso, na sua perspectiva, toda memória é “coletiva”.

Compreendemos que o trabalho por ora proposto sobre a colonização de Corupá, o qual apresenta o processo sob os olhares dos descendentes dos colonizadores, confere uma possibilidade de compreender tanto esse grupo, como a sociedade como um todo, verificando-se que a constituição da memória ocorre como uma contínua negociação. O que se fez não foi reconstruir memórias, mas construí-las, partindo da premissa de que colocada em um novo

contexto e sob uma ótica crítica, emergiria um olhar alheio a pressões políticas ou de ideologias dominantes.

Se pretendemos socializar um conhecimento onde, além das sociabilidades das referidas etnias indígenas, todos os elementos culturais pesquisados deverão ser compreendidos como parte de seu sistema cultural, colaborando na construção da identidade destes povos, é o que a história oral nos permite, apesar de que o intento de ambos precise ser considerado, foi a que nos propusemos enquanto pesquisadores. De acordo com Chagas (2002, p.49):

O poder em exercício amplia sua rede de relações, produz novos sentidos, estabelece linhas de pensamento, determina o que deve ser conhecido, multiplica as instituições de memória atribuindo-lhes um papel de fonte de saber, de luz e de esclarecimento.

O tempo urge e clama por um levante destes fatos, da mesma forma que estes descendentes parecem ter como intento formalizar o conhecimento advindo destas memórias e, ainda, apresentar o material arqueológico, constituído como “troféu, memória da família, marcas de um tempo de conquistas” e que confirmariam uma identidade cultural que o município não confirmou de forma oficial, senão pelo livro de José Kormann.

Segundo Chagas (2002, p.62), “A memória (provocada ou espontânea) é construção e não está aprisionada nas coisas, ao contrário, situa-se na dimensão interrelacional entre os seres, e entre os seres e as coisas”.

Ora, se se quer relacionar a interpretação que o imigrante europeu fez sobre o indígena e vice-versa, no período da colonização, e as ocorrências que envolveram a "pacificação" dos indígenas em Corupá até 1914, segundo Kormann (1985), é preciso que compreendamos ainda as políticas públicas e sua relação com o patrimônio cultural indígena, conduzindo-nos a uma investigação sobre o assunto, de onde surgiram questões como:

- Como ocorreu a "pacificação"?
- Havia o preparo do branco para o contato com o indígena, habitante desta terra?
- Em qual campo se situa a cultura indígena, seu patrimônio imaterial e os objetos que constituem seu patrimônio material?

Entende-se que do conflito e das conquistas havidas, optou-se por apropriar-se apenas da imagem heroica dos pacificadores e colonizadores europeus, margeando, nesta relação, o poder e a coação.

Parece ser convergente, neste caso, a questão levantada por Foucault (1995, p.244):

Não há relação de poder onde as determinações estão saturadas – a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado (trata-se então de uma relação física de coação) – mas apenas quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar.

Subjugados em sua cultura, os povos indígenas abarcados nesta pesquisa (leia-se Xokleng e/ou Kaingang), não tiveram, no município, a sua memória preservada, memórias que relatam a história de exploração, desigualdade e da evidenciação da cultura dominante, a maioria dos acervos encontrados apresentam o olhar da cultura dominante (leia-se europeia) sobre o indígena. Não foi diferente nas demais regiões, conforme Brighenti (2014):

As relações que marcaram os indígenas Xokleng com os não indígenas no século XX não podem ser contadas em poucas linhas, tampouco filtradas pela amnésia intencional daqueles que sabem de suas responsabilidades quanto a violência impetrada e preferem o esquecimento. A alusão aos 100 anos de contato poderia ser marcada pela lembrança de uma nova relação amistosa estabelecida entre indígenas e sociedade regional. No entanto, as marcas da violência continuam porque a história não está concluída, a pacificação está inconclusa. Segundo depoimento de indígenas o “contato foi praticamente forçado, porque, ou os indígenas aceitavam o contato ou seriam todos dizimados! Então, a luta é de 100 anos de história, e hoje ainda existe a arma que nos fere, e essa arma é a caneta, aquela caneta que assina as leis, e às vezes ela corta os nossos direitos e aí eu digo pra toda a nossa juventude, que nós temos um caminho pra se defender, o caminho da educação, o caminho de aprendizado e do aprimoramento naquilo que fazemos para que possamos conhecer as leis que nos protege.

Se voltarmos ao contexto histórico nacional, destacando normatizações e o próprio caminho percorrido no intuito de legislar a respeito do patrimônio histórico nacional: desde a criação do órgão SPAN, no ano de 1936, suscitava Mario de Andrade o resgate da brasilidade e sobre o olhar especial indicado na fala “Redescobrir o Brasil, a necessidade de considerar as origens da brasilidade”. Ainda, com a inserção do olhar sobre o histórico, e não apenas o artístico, destacava Magalhães (1985, p.67): “Coisas do passado, podem, de repente, tornar-se altamente significativas para o presente e estimulantes para o futuro”.

Com o Decreto nº 3.551 (BRASIL, 2000) ocorre a concretização em caráter jurídico, ou seja, a fundamentação e a justificativa legal por parte do IPHAN (pois permite o ato jurídico do registro dos bens imateriais) sobre os bens imateriais. Ao pretendermos estudar a cultura brasileira e o imaginário local, adveio a esta pesquisa a busca pela legislação pertinente, sobre a qual podemos citar a Lei nº 3.924 (BRASIL, 1961) que protege os

vestígios materiais. Sustentado pelo conhecimento ancestral e pertencente ao patrimônio imaterial, como proteger e salvaguardar estes acervos, muitos a serem ainda constituídos de forma a levar ao conhecimento da sociedade.

Se pertencente ao povo, tal cultura não deveria ser assunto político prioritário?

Ressalvados os aspectos de políticas públicas, o desconhecimento do acervo estaria associado ao fato de que em nossa cultura ocidental os índios fazem parte do passado?

Jorge Terena (indígena da tribo Terena do MS) escreveu que uma das consequências mais graves do colonialismo foi, justamente, taxar de primitivas as culturas indígenas, considerando-as como obstáculo à modernidade e ao progresso. Constitui-se em um equívoco achar que os índios fazem parte do passado do Brasil, conforme Freire (2011):

Eles veem a tradição viva como primitiva, porque não segue o paradigma ocidental. Assim, os costumes e as tradições, mesmo sendo adequados para a sobrevivência, deixam de ser considerados como estratégia de futuro, porque são ou estão no passado. Tudo aquilo que não é do âmbito do Ocidente é considerado do passado, desenvolvendo uma noção equivocada em relação aos povos tradicionais, sobre seu espaço na história.

O Seminário “Propriedade Intelectual e Patrimônio Cultural: proteção do conhecimento e das expressões culturais”, ocorrido em Belém – PA entre 13 e 15 de outubro de 2004 objetivou apresentar experiências com comunidades locais em relação à criação de inventários culturais e à valorização de conhecimento tradicional, apresentando ações da UNESCO e da OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual), abordando experiências de proteção do patrimônio. O destaque que por ora nos induz a apontamentos refere-se ao interesse dos indígenas na preservação e revitalização de suas tradições.

Consta que o IPHAN, em parceria com os Estados, está realizando a mobilização dos governos municipais, de onde, se espera, surja a base para uma ação efetiva para a consolidação de uma política e um sistema nacional de patrimônio cultural. Uma política de salvaguarda implementada pelo IPHAN (2004), com a criação do DPI, sistematiza e estrutura princípios e ações desta. O sentimento de identidade e continuidade dos quais se intenta o levante, remete-nos aos marcadores de identidade, destacados por Arantes (2004, p.13), onde o autor apresenta as intencionalidades da salvaguarda e as implicações políticas e econômicas.

Acreditamos, ainda, que uma referência mais precisa deva ser pautada neste diálogo: estamos preparados para as mudanças que constituem um trabalho, neste caso, com a história oral, a qual apresentará memórias dos descendentes dos colonizadores, ou esperamos congelar a história desse confronto?

São disputas, embates, relatos, os quais estarão expostos em um contexto sobre o qual não pretendemos influenciar, mas apresentar da forma como surgiram, para que seja, em releituras, apropriado pelo povo ao qual pertence. A UNESCO (2003) define o patrimônio cultural imaterial ou intangível como o conjunto das manifestações culturais, tradicionais e populares, ou seja, as criações coletivas, emanadas de uma comunidade, fundadas sobre a tradição. Elas são transmitidas oral e gestualmente, e modificadas através do tempo por um processo de recriação coletiva. Integram esta modalidade de patrimônio as línguas, as tradições orais, os costumes, a música, a dança, os ritos, os festivais, a medicina tradicional, as artes da mesa e o saber-fazer dos artesanatos e das arquiteturas tradicionais.

Ao apontarmos a memória individual e coletiva como fonte de estudos e pesquisa, nos fundamentamos em Le Goff (1992), onde se estabelece um vínculo entre monumento e documento para o qual o testemunho do homem certifica e enquadra a história oral como fonte documental passível de inserção no patrimônio imaterial.

A relação entre memória e poder parece querer emergir nesta pesquisa, quando nos deparamos com a memória psicossocial constante na história oral. Em nossas hipóteses, o contexto político não exerceria mais poder a ponto de influir nestas memórias como outrora, mas encontraria sua legitimidade respaldada por um interesse municipal de identificação de identidade. E, ainda, seu pertencimento ao patrimônio imaterial e material constitui-se em objeto de elucidação, haja vista a contextualização das memórias e os imbricamentos que dela se originam.

Ao pautarmos a memória étnica é preciso que nos movamos para não permitir o desaparecimento da memória dos grupos minoritários étnicos aqui descritos. O Brasil possui uma população indígena de aproximadamente 460 mil índios distribuídos entre 225 sociedades indígenas, o que corresponde a cerca de 0,25% da população brasileira, os quais se encontram distribuídos em cerca de 200 povos diferentes, de acordo com a Fundação Nacional do Índio (2008). A povoação indígena no Sul do Brasil está representada por dois troncos linguísticos: Macro Jê e Tupi-Guarani. Macro Jê (Kaingang – no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Xokleng – em Santa Catarina) e Tupi-guarani (Guarani M'bya – em Santa Catarina; Guarani Nhandeva – no Rio Grande do Sul; Xetá – no Paraná).

O ensino por meio da etnohistória no Brasil subsidiou as contribuições das diferentes etnias e culturas para o patrimônio histórico da humanidade. De acordo com a Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), em seu artigo 26, parágrafo 4:

§ 4º - O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para o patrimônio histórico da humanidade e para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e europeia.

Kormann (1985) relata que os índios que foram encontrados em Corupá eram botocudos ou Xoklengs, também confirmado pelos relatos orais, apesar de haver cerâmica e materiais líticos em posse de alguns dos entrevistados, que indicam origem de etnias diferentes das citadas para serem analisados. De acordo com Vieira (2004, p.20), “os Xoklengs eram nômades (nomadismo estacional), buscavam sua subsistência, separavam-se em grupos de caça de 30 a 50 indivíduos”.

De acordo com Brighenti (2013):

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em seu último censo realizado em 2010, totalizou a população indígena em Santa Catarina em 16.041 pessoas. Nesse universo populacional estão incluídos os indígenas que vivem nas Terras Indígenas – TIs (zonas rurais) e aqueles que vivem nas cidades (zonas urbanas).

O Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010), contabilizou a população indígena com base nas pessoas que se declararam indígenas no quesito cor ou raça e para os residentes em Terras Indígenas que não se declararam, mas se consideraram indígenas. O Censo 2010 revelou que, das 896 mil pessoas que se declaravam ou se consideravam indígenas, 572 mil ou 63,8 %, viviam na área rural e 517 mil, ou 57,5 %, moravam em Terras Indígenas oficialmente reconhecidas.

Muitos de seus conhecimentos sobre medicamentos, plantas, animais, a floresta, costumes, hábitos de vida, formas de alimentação, medicina tradicional, religiosidade, aspectos que compõem as etnociências e as construções socioculturais desses povos são destacados como referências para os estudos da pluriculturalidade no Brasil.

Entretanto, a história escrita, no caso de Corupá, não destaca a influência destes conhecimentos na cultura corupaense e conduz muito mais aos bugreiros (caçadores dos bugres/botocudos/Xoklengs) do que aos nativos.

Em todos os anos escolares frequentados por esta pesquisadora no município, não ouvíamos falar dos “botocudos”, sabíamos alguma coisa a respeito apenas pelas histórias contadas pelos avós e idosos da comunidade, que nas tardes de verão, discorriam sobre as heroicas histórias de “pacificação”, sempre com um olhar melancólico, que parecia denotar a incerteza diante dos rumos tomados por este processo. Segundo Alberti (2004, p. 22), com relação à especificidade da história oral, “sua grande riqueza está em ser um terreno propício

para a subjetividade e das representações do passado, tomados como dados objetivos, capazes de incidir (de agir, portanto)”.

A história construída a partir desta pesquisa elenca elementos da memória dos descendentes dos colonizadores, os quais ao emergirem, responderam às questões desta pesquisa, pois, segundo Neto (2012, p.18), “a história oral – prática da pesquisa - não ressuscita vozes e que ninguém está autorizado a falar por outrem e nem ao menos tem o poder de salvar o tempo passado [...]”. Aguardam por um intento, causalidades que em retalhos compõem um ciclo que não foi descrito oficialmente, pelo menos não imparcialmente, porém, sobre o qual não se pode ficar alheio.

Para a construção de memórias acerca da colonização de Corupá, nos vemos diante de um contexto diferente, atual, do qual emergiram memórias dos descendentes dos colonizadores, as quais, possivelmente, serão construções já influenciadas pelo tempo decorrido, desta forma, a memória entra em disputa, em concorrência.

1.2 Memória

1.2.1 Memória e imagens em relação ao passado

Como as lembranças são evocadas, como podem voltar à nossa mente através de imagens, qual a ligação entre as imagens e memória ao formarem um quadro o qual passamos a relatar, como parte deste estudo, para avaliarmos se uma imagem que evoca ou demonstra emoções e pensamentos facilita a recordação e como são formadas mentalmente as imagens que parecem ser descritas através da fala. O reconhecimento de um fato surgiria da junção entre a imagem e a lembrança. Sabemos que a percepção coletiva é altamente influenciada pelas imagens. As lembranças dos descendentes dos colonizadores, no caso de Corupá, também remetem a essa lógica. Entretanto, a relação exercida entre a memória e as imagens, parece extrapolar a dinâmica natural dessa relação, uma vez que os descendentes dos colonizadores postulam sobre imagens que são criadas por eles. A partir das lembranças que por sua vez, remetem aos relatos orais. O cenário descrito se ampara em espaços que não trazem evidências senão as das próprias memórias. Ou seja: não há registros imagéticos do ocorrido, embora as pessoas entrevistadas recorram a esse recurso durante suas falas.

Entendemos esse processo como a elaboração a partir de uma ressignificação, quer seja individual ou coletiva. Já a complexidade da teoria bergsoniana denota a atividade interagente entre cérebro e memória, e intenta demonstrar de que forma ela influencia a relação que estabelecemos com o mundo material. Bergson (1999, p.17) refuta em **Matéria e Memória**, a ideia do cérebro como órgão da representação e destaca que o cérebro não tem como conservar fragmentos do passado: “Tudo se passa como se, nesse conjunto de imagens que chamo universo, nada se pudesse produzir de realmente novo a não ser por intermédio de certas imagens particulares, cujo modelo me é fornecido por meu corpo”.

A reconstrução das memórias ou mesmo a construção delas leva os atores sociais a buscar marcas que promovam estas recordações. Mas de onde elas decorrem? Como, especificamente, elas são construídas ou recuperadas?

Entendemos que o movimento que dinamizou a expressão de memórias orais vividas ou ouvidas, foi acionado por imagens mentais, construídas paralelamente aos fatos narrados ou ainda, reconstruídos durante a narração.

Trata-se de recuperar uma lembrança, de evocar um período de nossa história? Temos consciência de um ato sui generis pelo qual deixamos o presente para nos recolocar primeiramente no passado em geral, e depois numa certa região do passado: trabalho de tentativa, semelhante à busca do foco de uma máquina fotográfica (BERGSON, 1999, p17).

Se parece haver da parte de Bergson uma inferência radical na noção de movimento ousamos dizer que é o movimento o operador que entabula a relação entre as diversas imagens, e devolve movimento às coisas. Os conceitos de tempo e espaço estão também diretamente relacionados a esta pesquisa, pois buscamos desvendar as inferências das imagens que não remetem aos fatos em si, mas às lembranças dos relatos dos fatos. A imagem-lembrança reabre a discussão sobre a definição da imagem-movimento, ou seja, a maneira pela qual nos relacionamos com as coisas do mundo, as condições psicológicas dessa relação, e o papel desempenhado pela memória.

Ora, se a imagem do passado se atualiza para servir ao presente, há um esquema mental de evocação destas imagens, o qual, de acordo com Bergson (1999, p. 146):

[...] em estado aberto, o que a imagem é em estado fechado. Apresenta em termos de devir, dinamicamente, o que as imagens nos dão como já feito, em estado estático. Presente e atuante no trabalho de evocação das imagens, ele se dissipa e desaparece por trás das imagens depois que estas foram evocadas, tendo cumprido seu papel. A imagem de contornos fixos desenha o que foi.

Compreender esse mecanismo de evocação remete a outra possibilidade: a de confundir a percepção desse presente, formado no caso dos entrevistados (leia-se descendentes dos colonizadores de Corupá), por imagens heroicas de desbravadores que, por sua vez, remete aos indígenas não mais rejeitados por serem considerados cruéis e selvagens, apenas, mas também como grupo vitimado e dizimado pelo invasor europeu. E nossa inteligência se move neste processo, em como ela vê o que é real, pois segundo Bergson (1999, p.298): “Consiste em acreditar que é possível pensar o instável por intermédio do estável, o movente por intermédio do imóvel”.

1.2.2 A complexidade da relação entre a memória individual e coletiva, retenções e esquecimentos

A Memória, na história oral, representa como que uma anamnese referenciando fatos do passado, que, por sua vez emerge no momento presente, desta forma, é preciso percebê-la como multidimensional. No momento da pesquisa em que é utilizado o pensamento de Maurice Halbwachs também foi utilizado nesta pesquisa para fundamentar questões relativas às inferências da memória das pessoas entrevistadas e o que movia tais lembranças e relatos. Ao discutirmos aspectos alusivos à memória, sob o ponto de vista e caráter social, é necessário que percebamos que a dimensão da memória ultrapassa o plano individual, pois, segundo o teórico, as memórias são construções dos grupos sociais, são eles que determinam o que é memorável e os lugares onde essa memória será preservada (HALBWACHS, 1990).

Nessa perspectiva, se considerarmos como grupos sociais os descendentes de colonizadores, também é preciso que consideremos cada um dos entrevistados e a sua memória individual para que partamos para o coletivo, pois, segundo Halbwachs (1990), existe a necessidade de um testemunho para que haja a memória do outro. De acordo com ele “o primeiro testemunho a que podemos recorrer será sempre o nosso” (HALBWACHS, 1990, p. 29).

As narrativas nos remetem, ainda, ao fato de que a harmonia entre os testemunhos coincide com o que o mesmo teórico relata a respeito: “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (HALBWACHS, 1990, p. 30).

Não há uma subtração da memória individual ou a existência da memória coletiva em detrimento da memória individual, mas a transmutação para uma memória coletiva a partir do momento em que lembranças comuns remetem ao reforço de memórias individuais, ou, ainda, memórias coletivas são inferências consensuais de lembranças e memórias individuais.

O que se percebe nos relatos é a certeza da existência dos indígenas na história de Corupá/SC na região, cujas lembranças estão associadas à bravura do colonizador. Esta é a questão mais forte e presente na memória de quem viu ou de quem ouviu a respeito. A pacificação/dizimação e destino dos indígenas não ocupa lugar de destaque nestas memórias. Entretanto, Candau (2011, p. 33) assevera: “A parte da lembrança que é verbalizada (a evocação) não é a totalidade da lembrança”.

Neste sentido, é importante destacar que entre os entrevistados, somente as Sras. Renate Berthelsem e Marlene Hofmann Corrêa viram os indígenas a respeito dos quais falam. Os demais apresentam memórias e narrativas acerca do que lhes fora contado. Dito isto, falar em memória coletiva no caso dos indígenas e mesmo do processo de colonização do município seria, no mínimo, reducionista, ao acreditarmos que as informações semelhantes construiriam uma memória coletiva. Até porque outros levantes semelhantes não ocorreram, segundo os entrevistados. O que se fazia era conversar entre vizinhos e conhecidos a respeito das ocorrências dos anos passados, apenas como forma de manter vivas as memórias e os feitos de seus ascendentes, sem a preocupação com o outro lado, com outra sociedade composta pelos indígenas. As pessoas, portanto, não se recordam da mesma forma. A evocação destas lembranças, por sua vez, parece confirmar o que diz Candau (2011, p. 34): “Ocorre uma espécie de ratificação de um registro do trabalho de construção de uma realidade memorial”.

No caso dos descendentes dos colonizadores de Corupá, a memória evocada remete a todo o processo de colonização, evidenciando-se a relação com o que é memorável para a história heroica do europeu colonizador do município, tantas vezes repetida, construída e reconstruída na coletividade com a função de manter um passado já apropriado pelos moradores locais mais antigos.

Analisando as memórias das pessoas entrevistadas, percebe-se que há uma referência forte em relação ao que a Sra. Renate Berthelsem possa relatar, haja vista o fato de ser a moradora de mais idade no local, mas especialmente, por ter presenciado, segundo seus próprios relatos, a passagem de famílias indígenas, por tê-los visto muito de perto. A Sra. Alice Gessner destaca em suas falas: “A Renate deve ter contado... a Renate pode dizer...”, embora em terras de propriedade da Sra. Alice esteja, supostamente, o local onde foi

enterrado o Sr. Ferreira, morto pelos índios, além de ser a passagem “obrigatória” dos indígenas para dirigir-se ao local chamado Sertão. De acordo com Candau (2011, p. 36):

Enfim, mesmo que exista em uma determinada sociedade um conjunto de lembranças compartilhadas pelos seus membros, as sequências individuais de evocação dessas lembranças serão possivelmente diferentes, levando em consideração as escolhas que cada cérebro pode fazer do grande número de combinações da totalidade de sequências.

Assim, as lembranças são aqui apenas referenciadas para confirmar aspectos nomeados de forma semelhante quanto à presença indígena no município e da identificação dos possíveis locais que confirmem tais fatos, através de quaisquer registros identificáveis, quer sejam materiais líticos ou outros vestígios dessas sociedades no passado. Não se pretende discutir propriamente a memória coletiva, mas as convergências nas memórias e narrativas. Outro aspecto importante alude às representações de tais fatos e registros. Como os entrevistados representam as sociedades das quais se buscam informações, tanto aquelas representadas pelos seus ascendentes como as indígenas. Os registros encontrados nos jornais da época, bem como o livro de Kormann (1985) não se encontram em posse dos entrevistados. Não foram materiais disponibilizados aos mesmos, portanto não exerceram influência sobre suas memórias e opiniões a respeito do ocorrido. O que relatam deve-se exclusivamente as suas memórias, de acordo com o que foi visto ou com o que lhes fora contado. Ainda assim, diferem em alguns aspectos. O ponto mais alto de divergência é o da morte do Ferreira, conhecido morador do “Sertão” que viera caçar (índios ou um pássaro) e por esse motivo fora morto pelos indígenas na frente de seus próprios filhos. De acordo com Candau (2011, p. 36), “Resumindo: mesmo que suponhamos que as representações relativas a esses atos de memória são corretamente comunicadas e transmitidas, nada nos permite afirmar que são compartilhadas”.

Já sob outra forma aparecem as memórias dos materiais apresentados (flechas, machadinhas, afiadores e preparadores de flechas, mãos de pilão,) percebe-se uma convergência maior nos relatos. A definição quanto aos locais, a forma como foram encontrados, sua utilização e procedência são muito semelhantes. Todos os entrevistados afirmam que os objetos foram encontrados nos locais descritos como passagem dos indígenas e que os mesmos estão em sua posse por representarem a prova do que passaram seus ascendentes nos momentos de colonização do município. De acordo com Candau (2011, p. 37):

Quando uma representação mental é comunicada de um indivíduo a outro – a maior parte permanece própria a um indivíduo – ela se transforma em representação pública. Se esta tem um aspecto material evidente, a descrição desse aspecto deixa na obscuridade o essencial, o fato de que esses traços materiais são interpretáveis, são capazes de representar algo para alguém. A representação pública, memorizada, é, portanto, transformada em representação mental, é a priori inacessível.

Cabe, portanto analisarmos as entrevistas com as memórias apresentadas, à luz desses aspectos, considerando a decorrência do tempo e sua relação com um passado que se quer preservar em memória de seus ascendentes.

1.2.3 A evocação da lembrança

A partir de lembranças comuns dentre os entrevistados, como relacioná-las entre os atores sociais não representados? Como as recordações de fatos e de circunstâncias semelhantes, que se distanciam no tempo e no espaço podem ser configuradas como memória coletiva e constituir quadros sociais de memória? Conforme Halbwachs (1990, p.69) “[...] diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes”.

A recorrência às memórias individuais ou de grupo parecem depender de fatores que contribuem para que uma lembrança venha à tona. Desta forma, a constituição da memória de um indivíduo representa a combinação das memórias dos grupos dos quais ele participa e sofre influência. No caso dos descendentes dos colonizadores de Corupá, o evento da “pacificação” dos povos indígenas não mereceu atenção especial nos textos escritos, entretanto o processo de colonização, no que remete às dificuldades, às lutas, à coragem do europeu, parece ter sido construído ou, no mínimo reforçado pelo coletivo. Se a memória no caso dos descendentes dos colonizadores está ancorada no vivido por seus ascendentes sem que, necessariamente estivessem os descendentes presentes, a construção/reconstrução das narrativas sobre este passado decorreria do individual ou do coletivo? O que de fato, se quer lembrar? Como fazê-lo e como reconhecer estas lembranças e esquecimentos. Para quem e para quê se quer recordar?

Foram questões que permearam esta pesquisa, tanto na elaboração do processo de entrevistas como no momento de análise do que fora disposto oralmente. Evidenciaram-se

questões que enfocam a "memória" e o pertencimento social. As lembranças evocadas emergiram os mecanismos sociais que incidem sobre estas lembranças que convergiram ou divergiram entre si.

Postulamos com o teórico porquanto os atores sociais necessitam encontrar marcas de proximidade para que as recordações lhes permitam constituir e integrar um mesmo grupo, pela recorrência a essa memória. Recebe destaque nos estudos de Halbwachs (1990, p.25), a noção de tempo: “e porque concordam no essencial, apesar de algumas divergências, que podemos reconstruir um conjunto de lembranças de modo a reconhecê-lo”.

O esquecimento e o temor ao esquecimento também estiveram pautados nos discursos advindos das memórias apresentadas. As entrevistas posteriormente citadas denotam parte da necessidade de lembrar, assim como de provar o que está sendo dito “[...] chamaremos de dever de memória consiste essencialmente em dever de não esquecer” (RICOUER, 2007, p. 48).

O esquecimento, a memória, seus excessos e ausências, a procura por vestígios do passado e a inventariação e decorrente patrimonialização de bens materiais e imateriais constituem a busca pela guarda destas memórias, como referenciais em nossas vidas em sociedade. Mas essa mesma necessidade social de tudo preservarmos remete à necessidade ou não da partilha destas memórias. E a evocação destas memórias, é devida a quem?

Nessa perspectiva, parece que através de uma releitura do passado elaborada no presente, as identidades dos descendentes dos colonizadores são evocadas em meio a elementos diacríticos de pertencimento ao ambiente e ao histórico do colonizador. Ao embasar a pesquisa com a discussão sobre a questão da memória o fazemos por compreender que, para as identidades étnicas em estudo, os processos de construção ou reconstrução destas memórias aprimoram o processo de produção do sentido de memória coletiva. A intercepção entre o individual e o coletivo viabiliza e até mesmo conduz ao conhecimento do todo pela parte e inversamente, é como se o sentido do coletivo fosse expresso integralmente a partir da parte e do espaço que ocupa no todo. De acordo com Halbwachs (1990), a consciência individual representa “apenas” o lugar de passagem e de encontro dos tempos coletivos quanto ao coletivo pesquisado, poderiam decorrer diferentes maneiras de se reportar aos acontecimentos, quer seja privados pela memória em decorrência do tempo, quer seja por preservar memórias dos seus antepassados ou, ainda, não conflitar com a história “oficial”. Se a memória histórica é o que dinamiza o processo, deixando sua impressão a respeito de determinado momento ou fato, ao discutirmos o individual no coletivo, talvez possamos perceber que fatos exteriores à nossa memória estejam em seu estado latente, evocados

justamente quando fazem parte da memória do grupo ao qual tal fato pertence. Pois, segundo Halbwachs (1990, p.81):

Certamente, um dos objetivos da história pode ser, exatamente, lançar uma ponte entre o passado e o presente, e restabelecer essa continuidade interrompida. Porém, como recriar correntes de pensamento coletivo que tomam impulso no passado, quando só podemos tratar do presente? Os historiadores, através de um trabalho minucioso, podem encontrar e colocar em dia uma quantidade de fatos grandes e pequenos que julgaríamos definitivamente perdidos, sobretudo se tiverem a oportunidade de descobrir memórias inéditas.

Considerando novamente a questão dos objetos e espaços como elementos evocadores de memórias coletivas, Halbwachs (1990, p.59) destaca o valor destas referências, tanto na individualidade como na coletividade, sendo que o teórico reforça que ao formarmos uma paisagem mental a partir de nossas experiências passadas, ecoam múltiplas vozes (individuais) que formam a construção de um discurso que abarca não só pessoas, como objetos e locais aos quais nos referimos. De acordo com o teórico:

Toda a memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo. Não se pode concentrar num único quadro a totalidade dos acontecimentos passados senão na condição de desligá-los da memória dos grupos que deles guardavam a lembrança, romper as amarras pelas quais participavam da vida psicológica dos meios sociais onde aconteceram, de não manter deles senão o esquema cronológico e espacial. Não se trata mais de revivê-los em sua realidade, porém de recolocá-los dentro dos quadros nos quais a história dispõe os acontecimentos, quadros que permanecem exteriores aos grupos, em si mesmos, e defini-los, confrontando-os uns aos outros. (HALBWACHS, 1990, p.86)

A noção de totalidade e a estabilidade na produção das memórias permite estabelecer um caráter mais homogêneo, entretanto, há que se ter o devido cuidado, para que não expressemos apenas o que interessa às sociedades atuais, sob o risco de conservar ou reforçar aquilo que a história formal já se encarregou de documentar, nos alerta Halbwachs (1990, p.81):

A história que quiser tratar dos detalhes dos fatos torna-se erudita e a erudição é condição de apenas uma minoria. Se ela se limita, ao contrário, a conservar a imagem do passado que possa ainda ter seu lugar na memória coletiva de hoje, ela apenas retém dela aquilo que ainda interessa às nossas sociedades, isto é, em resumo, bem pouca coisa.

Quando consideramos que o intento desta pesquisa é devolver à memória dos povos (corupaense e indígena) discutindo aspectos que a história oficial escrita não se preocupou em difundir, entendemos pertinente uma nova discussão, agora sob os preceitos do teórico acerca

da memória coletiva, uma vez que, embora as entrevistas tenham sido individuais, foram comparadas, sequencialmente, às constantes no livro de Kormann (1985), para que se determinassem os pontos de convergência e, ainda, para sondar possíveis lapsos ou excessos nas lembranças individuais. O que se constata são pontos de convergência e outros de divergência, como pode ser percebido no relato da Sra. Renate Berthelsem:

Sim, foi aqueles aqui embaixo e também foram no outro vizinho lá onde morava o Hupcka. E lá também tinha barraca e em todos os lugares eles mostravam que tinham fome. Pois é, pois é! Mas, claro, se a gente está sozinha em casa e vem uma coisa dessa ali e pede pra comer a gente pensa que agora... (risos) é o fim! É. É! (BERTHELSEM, 2015).

O relato da senhora Renate demonstra uma relação permeada pelo medo, porém não destaca agressividade inicial ante aos indígenas, apenas demonstra que estavam com fome. Já nos registros do livro de Kormann (1985, p.141), é evidenciado o lado agressivo do indígena é evidente:

O colono Pietoch, morador à Rua Isabel Alto conta como ele e seu vizinho foram atacados e roubados pelos bugres: “o meu vizinho, de família brasileira, cujo nome não me lembro mais, estava com machado no mato derrubando árvores para fazer uma roça. Durante este serviço foi atacado por um bugre, recebendo ferida na perna esquerda embaixo do joelho por uma flechada. Isto aconteceu no dia 10 de maio de 1912 às duas horas da tarde. Era justamente o momento quando eu ia seguindo o caminho para colher arroz na minha plantação. Ouvi gritos estranhos dos bugres perto do meu mato e em seguida tiros de arma de fogo, não sei quem é que atirou, talvez os próprios índios através das armas roubadas como tantas vezes acontecia. Imediatamente voltei para minha casa e mandei minha família para meu outro vizinho mais próximo, a meia hora do caminho, a família Möbins. Eu mesmo, munido com minha arma e acompanhado de minha mãe, me dirigi ao encontro do vizinho brasileiro para proteger a este e a nós. Na picada pelo mato ele já me veio ao encontro, sangrando na perna e diversos bugres o perseguindo. A minha primeira missão foi defender este ferido contra os ataques dos perseguidores. Até a chegada de socorro o alarme já fora dado pela família dos Möbins, eu tive de assistir este homem, caído no chão, perdendo sangue sem quase nada poder fazer por ele. Finalmente, mais ou menos às cinco horas da tarde vieram os colonos com uma carroça e levaram a vítima e parte dos meus haveres para um lugar mais seguro, mais povoado.

Talvez o que esteja referenciado em Halbwachs (1990) quando remete à comparação entre memória coletiva e história contribui para a percepção de que o grupo conseguiu manter vivo o olhar de ambos, o do colonizador e do pacificado, por atribuir à emoção em que lhes foram revelados os fatos, a mesma intensidade, mantendo, assim, viva a consciência sobre o passado. Sem pretensões de valorizar este ou aquele no contexto de colonização/pacificação, emergem memórias que, coletivamente, ampliam a possibilidade de continuidade destas

memórias, justamente por encontrarem-se pautadas no coletivo como consciência comum. De acordo com Halbwachs (1990, p.81):

A memória coletiva se distingue da história pelo menos sob dois aspectos. Uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado, somente aquilo que está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém.

Se, por outro lado, o grupo que sucumbe pela falta de registros orais, hoje retoma seu espaço diante do fator histórico cultural, é preciso que reconheçamos que a história oral se fragiliza quando não há continuidade ou há indiferença para o grupo da qual se constitui sua razão primeira de existência. Em seu propósito, a história oral e a memória estão relacionadas com o interesse de continuidade ou não. Todo processo social conduz ao elemento sistêmico de empoderamento ou desaparecimento. Empoderamento no sentido de remeter à manutenção de um grupo social por razão de sua cultura, história e pertencimento histórico/social. Ora, se por escolha, determinado grupo decide por manter-se alheio ou neutro ao processo social que o insere ou não historicamente em um determinado momento, cumpre ao historiador/pesquisador respeitar esta composição de memória/cultura a que o grupo se inclui. O que percebemos durante esta pesquisa consolida o que diz Halbwachs (1990, p.84):

A memória de uma sociedade estende-se até onde pode, quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos dos quais ela é composta. Não é por má vontade, antipatia, repulsa ou indiferença que ela esquece uma quantidade tão grande de acontecimentos e de antigas figuras. É porque os grupos que dela guardavam a lembrança desapareceram.

Ainda, para o teórico, o tempo social atravessa as durações vividas pelas consciências. Para Halbwachs, a consciência individual é o lugar de passagem e de encontro dos tempos coletivos (1990, p.128).

Nesta perspectiva, esclarecidas sob o ponto de vista de Halbwachs (1990, p.87), as extensões de memórias individuais e coletivas, nos remetemos ao nosso campo de pesquisa, onde intentamos também o levante de relatos que denotassem o pertencimento de grupos sociais atravessando o tempo cronológico mediado pela memória de seus representantes mais distantes, embora saibamos que a memória e sua complexidade tem inferência direta sobre tais possibilidades. Para o teórico:

Cada um desses grupos tem uma história. Neles distinguimos imagens e acontecimentos. Mas o que nos chama a atenção, é que, na memória, as similitudes passam, entretanto para o primeiro plano. O grupo, no momento em que considera

seu passado, sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo. A história, já o dissemos, deixa perecer esses intervalos onde nada acontece aparentemente, onde a vida se limita a repetir-se, sob formas um pouco diferentes, mas sem alteração essencial, sem ruptura, nem revoluções. Mas o grupo que vive originalmente e, sobretudo para si mesmo, visa perpetuar os sentimentos e as imagens que formam a substância de seu pensamento (HALBWACHS, 1990, p.59).

Por outro lado, Candau (2011, p. 36) remete a uma interpretação equivocada de Halbwachs em relação às lembranças e à memória propriamente:

Quando se refere à multiplicidade de séries causais na origem de um ato de memória, Halbwachs se equivocou em não distinguir a ação inicial da lembrança (a recordação de tal ou tal acontecimento a partir de índices efetivamente fornecidos pela sociedade) e o desenvolvimento da amnésia, sempre idiossincrática, tanto pelo conteúdo é integrado no conjunto de outras representações do indivíduo.

Desta forma, a memória coletiva que tenha se formado acerca do processo de colonização e, conseqüentemente, a respeito dos indígenas no município de Corupá deve ser considerada com cautela. Até porque a amostragem desta pesquisa não confere necessariamente com o índice da coletividade, mas sim da individualidade de memórias que podem ter sido coletivas em outro tempo histórico e, por sua vez, contempladas sob este prisma. Foram, possivelmente, multiplicadas coletivamente na oralidade e mantidas nas memórias dos descendentes, entretanto, hoje se configuram como memórias individuais.

Apesar de parecer antagônica, a observação acima remete, especificamente, ao espaço e amostragem desta pesquisa. Embora o que se buscou foram as confirmações acerca da presença indígena e a problematização do processo de colonização do município, não foram encontrados indivíduos em número suficiente para tratarmos de uma memória coletiva acerca da integralidade do mesmo. O que remete às memórias coletivas está muito mais pautado ao que o município preserva em suas tradições do que aos exemplares que constituam a coletividade. O coletivo, portanto é considerado no sentido de memórias gerais e não especificamente ao conduzido nessa pesquisa. E o coletivo do município não representa o indígena, mas representa o colonizador. O indígena foi colocado na história do colonizador e não o contrário. O indígena está contido no caminho do colonizador, ele não representa senão uma parte que necessitava ser tratada como o foi, de modo a ser removida dos interesses do processo colonizador, apesar de ser parte anterior ao mesmo.

1.2.4 Os campos individual e coletivo das identidades e memórias etnográficas

As construções acerca do passado nesta pesquisa remetem à complexa relação entre o individual e o coletivo considerando que tratamos de diferentes grupos e que, a partir das memórias de um, nos propomos a referenciar individualidades do outro, ou seja, através das memórias dos descendentes de colonizadores, chamamos à memória os indígenas que foram por eles dizimados, através dos serviços dos bugreiros contratados pelos primeiros.

Halbwachs (1990) ressalva a complexidade desta questão, especialmente quando especifica que há que se ter sentido para construções do passado que tratem de coletividades. Haveria nestas construções verdades únicas ou seriam memórias que, em suas construções singraram relações individuais e a partir delas promoveram reconstruções sociais em especificidades de seus pontos de vista? É preciso que entendamos como estes grupos organizaram suas memórias individuais e a que remetem nos acontecimentos coletivos. O atravessamento destas narrativas coincide com o propósito da coletividade ou apenas altera a história do município por apresentar o ponto de vista dos descendentes em um tempo em que não há mais influência sobre quaisquer dos grupos? A relevância dos aspectos é denunciada quando se constata que o que fora relevante em gerações passadas, manteve-se em todas as narrativas. Também cabe destacar novamente as evidências da ancoragem mnemônica que se deu através dos objetos, evidências de locais, fotos e lembranças outras que eram denunciadas em riqueza de detalhes enquanto a mente trabalhava a favor do levante imagético como que para impactar a consciência da veracidade dos relatos apresentados. Dos diferentes materiais apresentados, percebeu-se a constância de impressões causadas, ou, dito de outra forma, os materiais referenciam partes das memórias narradas. E a ligação com estes denuncia a necessidade de comparar a memória ao objeto material. A confirmação dessas memórias dá-se, no entendimento dos entrevistados, ancorada no que dela pode ser provado. E, para tanto, o pertencimento, embora os objetos apresentados não representem aspectos da cultura de seu povo e sim do indígena, assumem um valor tão expressivo quanto aqueles que remetem ao que lhes denuncia a tradição germânica, presente nas residências tais como quadros dos ascendentes, aspectos da cultura evidentes nas construções, nas louças, nas expressões e objetos de decoração. Quando questionada a respeito de evidências da cultura indígena em sua posse, a Sra. Renate Berthelsem apresenta várias peças e destaca que as mantém com muito cuidado, que são relíquias das quais não se desfaz, embora colecionadores já tenham

lhe oferecido valores significativos pelas peças. Quando indagada sobre qual o valor das mesmas, ela reflete e comenta que são a prova de que sua memória não é uma mentira.

Pois é, pois é! Se você vê isso tudo, você sabe que o que eu conto é verdade. Isso não serve para nada, mas é muito importante porque prova o que a gente viu também. Isso, isso! Foi encontrado porque eles deixaram por aí e não levaram. Não sei por que não levaram, mas a gente guardou e cuida disso. Eu não quero dar pra ninguém, quero que fique com a minha família porque é da minha família. Foi achado aqui, então tem que ficar aqui. Isso são dos índios, mas está aqui. E eles também tinham o seu jeito de fazer as coisas e isso mostra o jeito que eles tinham. Isso, isso! É assim que eles faziam as coisas deles. E a minha família sabe que essas coisas são da família. O que eu conto eles já ouviram, até o Miro viu e essas coisas mostram isso. Eles podem ver! (BERTHELSEM, 2015).

Candau (2011, p. 45), destaca, acerca da constituição da memória coletiva no interior das famílias:

De fato, cada vez que no interior de um grupo restrito as memórias individuais querem e podem se abrir facilmente umas às outras, como nos casos em que existe uma “escuta compartilhada” visando os mesmos objetos (por exemplo, monumentos, comemorações, lugares que terão o papel de “ponto de apoio”, de “sementes de recordação”), percebe-se então uma focalização cultural e homogeneização parcial das representações do passado, processo que permite supor um compartilhamento da memória em proporções maiores ou menores.

O que se percebe é que em várias narrativas, a Sra. Renate Berthelsem indica os referenciais de sua memória, quer sejam os objetos, os locais, ou ainda a junção dos dois. E os apresenta de forma natural, porém insistente, procurando fazer com que percebamos também que há evidências do que sua memória nos traz. Sabemos que diante dos fatos as evidências são condizentes e se mostram realmente importantes, entretanto, entendemos que cultura a indígena, neste caso, é importante marco, talvez até mais importante que os da própria cultura. Ou seja, não nos foi apresentada espontaneamente nenhuma contribuição da cultura germânica como referência da vida dos colonizadores, objetos indígenas foram apresentados. A história dos avós da Sra. Renate Berthelsem, foi ancorada nos objetos indígenas e não no que seus avós tenham trazido da Alemanha ou em objetos considerados marcados pela tradição da família. Da mesma forma a senhora Alice Gessner recomendou que víssemos os objetos encontrados nas terras dos Berthelsem e arredores, assim como a árvore que está próxima do local de sepultamento do Ferreira (pessoa assassinada pelos indígenas por motivos que divergem nos relatos dos entrevistados), porém não nos falou nada sobre os objetos expostos em sua casa e que teriam sido de seus ascendentes germânicos, senão quando

fora indagada a respeito, embora sem ênfase maior a quaisquer dos objetos: “Isso todos tem. São dos avós e a gente guarda, mas todos têm”.

É como se esta parte da memória já estivesse naturalmente conservada, como se as próprias tradições e a questão genética desse conta de rememorar aquilo que se lhes apresenta como sinal social e identitário. Já a parte que remete ao outro e que não fora vivida por todos os germânicos, esta sim, precisa ser rememorada e a representação identitária, neste caso, remete à necessidade da coletividade. Candau (2011, p. 49) afirma que:

Ao final, a memória coletiva segue as leis das memórias individuais que, permanentemente, mais ou menos influenciada pelos marcos de pensamento e experiência da sociedade global, se reúnem e se dividem, se encontram e se perdem, se separam e se confundem, se aproximam e se distanciam, múltiplas combinações que formam, assim, configurações memoriais mais ou menos estáveis, duráveis e homogêneas.

O que está posto nas entrevistas, remetem mais às memórias relacionadas ao indígena do que aos colonizadores. O que se percebe é o imbricamento das culturas, pois o indígena é rememorado de forma enfática e os objetos de sua cultura foram mantidos como prova do contato ocorrido. Mas, se a cultura tradicional germânica não foi o ponto forte de referência dessas memórias, não se pode considerá-la menos importante para seus descendentes. Pois as perguntas foram dirigidas para o processo de colonização do que ao legado cultural germânico. E, neste sentido, postulamos com Candau (2011, p. 50): “A memória coletiva, como a identidade da qual ela é o combustível, não existe se não diferencialmente, em sua relação sempre mutável mantida com o outro”.

2 A CHEGADA DOS COLONIZADORES EUROPEUS

O município de Corupá teve seu início através da Companhia Hamburguesa de Colonização, contratada para ocupar as terras do Príncipe de Joinville, François de Orleans e da Princesa Francisca Carolina, filha de D. Pedro I; e do Conde d'Eu com a Princesa Imperial Dona Isabel (herdeira do trono brasileiro). Poucos são os registros acerca da história do município senão os que constam no livro “**Hansa Humboldt ontem, hoje Corupá**”, de autoria do historiador José Kormann, baseado no arquivo de Gerhardt Hermann, o qual se constitui fundamentalmente de história oral, além de documentos escritos, conforme destaca o autor, não originais. A história de Corupá está vinculada às de Jaraguá do Sul e Joinville, conforme Kormann (1985, p. 13):

Corupá foi fundada em 07/07/1897 por Karl Fabri, último diretor da sociedade Colonizadora Hamburguesa fundada a 16/03/1849 com o objetivo de povoar as terras dos príncipes Dona Francisca, filha de D. Pedro I, François de Orleans, filho de Louis Philippe Rei da França e o conde d'Eu, esposo da princesa imperial Dona Isabel. Mais tarde esta sociedade foi substituída pela companhia Hanseática de Colonização, fundada a 30/03/1897, que englobou os bens da anterior que já se havia celebrizado na fundação de Joinville e São Bento do Sul. Por contrato entre o governo de Santa Catarina e a Sociedade Hanseática, na pessoa de Karl Fabri a 28/05/1895, a citada companhia adquiriu por compra, um pouco mais de 635.000 hectares de terra a 1.500 réis o hectare. 35.000 desses hectares ficavam no alto vale do Rio Itapocu. Foi o que deu origem a Corupá com sua área atual de 477 km².

Embora não seja este o objetivo desta pesquisa, estudar o Caminho do Peabiru, segundo alguns autores, alguns trechos contém o solo corupaense, sendo que a principal avenida da cidade é um trecho deste caminho, na confluência do Rio Humboldt e do Rio Novo, os quais dão origem ao rio Itapocu, o porto dos imigrantes e do Peabiru. Conforme Kormann (1985, p.11) a confluência do Rio Humboldt e do Rio Novo dão origem ao rio Itapocu na prainha, do lado direito, era o porto dos imigrantes e do Peabiru³ que daqui ao mar ia a jusante. Na Foto 3, podemos ver o Porto dos Imigrantes.

³ Caminho que ligava a então Capitania de São Vicente (interior de São Paulo) à cidade de Cusco, no Peru. A trilha estendia-se por aproximadamente três mil quilômetros e também cortava Paraná, Bolívia e Paraguai, segundo Araújo (2009)

Foto 3 - Porto dos Imigrantes



Fonte: A autora (Data: 25/08/2015)

O rio Itapocu que recebe esta denominação após a confluência com os Rios Novo e Humboldt, banha a localidade de Nereu Ramos, de Jaraguá do Sul, de Guaramirim e desemboca no Oceano Atlântico no município de Barra Velha.

Ainda de acordo com Kormann (1985, p. 14), foi em homenagem ao naturalista alemão Alexandre Von Humboldt, que foi dado o primeiro nome ao município que hoje se chama Corupá: Hansa Humboldt. A data de fundação de Corupá se refere ao dia em que os primeiros lotes coloniais foram comprados por alemães, pai e filho, Otto Hilbrecht e Wilhelm Ehrhardt, que em 07/07/1897 desembarcaram no rio Itapocu, suposto caminho Pré-Cabralino Peabiru, de acordo com Kormann (1985, p.14):

Conforme contrato, estas terras deveriam ser colonizadas num prazo de vinte anos por imigrantes europeus. O primeiro nome de Corupá, Hansa Humboldt, foi dado em homenagem ao grande naturalista alemão Alexandre von Humboldt. A data de fundação de Hansa Humboldt, Corupá, refere-se ao dia em que Otto Hilbrecht e seu filho e Wilhelm Erhardt compraram os primeiros lotes coloniais, os de número 6 e 7 ao preço de 295.000 e 329.000 réis respectivamente. Estes pioneiros, vindos da Alemanha, desembarcaram em São Francisco do Sul a 30/06/1897 e a 07/07/1897 desembarcaram em Hansa Humboldt, vindos de barco pelo rio Itapocu, no mesmo porto do caminho pré-cabralino Peabiru que índios andinos usavam em demanda do “Mar de Leste”.

Kormann (1985, p.12) destaca em seu livro que a Avenida Getúlio Vargas (Foto 4), principal avenida do município, teria sido, no passado, um trecho do Peabiru.

Foto 4 - Avenida Getúlio Vargas em Corupá/SC. Possível trecho do Caminho do Peabiru



Fonte: A autora (Data: 25/08/2015)

A colonização de Corupá se deu, predominantemente por mãos de imigrantes europeus: alemães, poloneses, italianos, belgas, suíços e por caboclos, conforme Kormann (1985, p.130) “desde o início da colonização a população de Hansa era muito misturada: alemães, caboclos, poloneses, italianos e alguns belgas e suíços”.

De acordo com a Sra. Renate Berthelsem, os dias primeiros dos colonizadores não foram fáceis e demandaram esforços para que se efetivassem seus propósitos de uma vida melhor. A viagem, a construção das primeiras moradias, a alimentação, tudo necessitava de novas estratégias, especialmente para a família destes colonizadores, haja vista serem jovens e residirem “na cidade” em seu local de origem.

Isso era o meu avô, isso! Ele veio com sua mulher da Alemanha pra cá e começaram aqui a vida deles. Eles eram jovens da cidade, não estavam casados. E vieram pra cá. Primeiro ele veio, o avô, pra arrumar um pedaço de terra. Isso é no outro lado lá e ainda estão nas nossas mãos. Ele veio com amigos. Quem isso? Ainda foi o Cambach e os outros eu não me lembro mais. Sabe, tem nomes que a gente nem pode pronunciar. Vieram todos da Alemanha. Claro, primeiro fizeram barracas e depois foi a casa, isto foi lá em cima. Isto, a casa foi tirada, mas o lugar ainda está lá. Moraram por muitos anos, eles ficaram por sessenta e nove anos, o avô, daí ele faleceu. E a avó, isso eu não me lembro...Tinham três meninas e um rapaz. Isso é o que eu sabia. Só sabia isso. Isso sempre contava: e naquele tempo os navios precisavam mais tempo pra chegar pra cá. Muitos morreram no navio, é, é. Daí

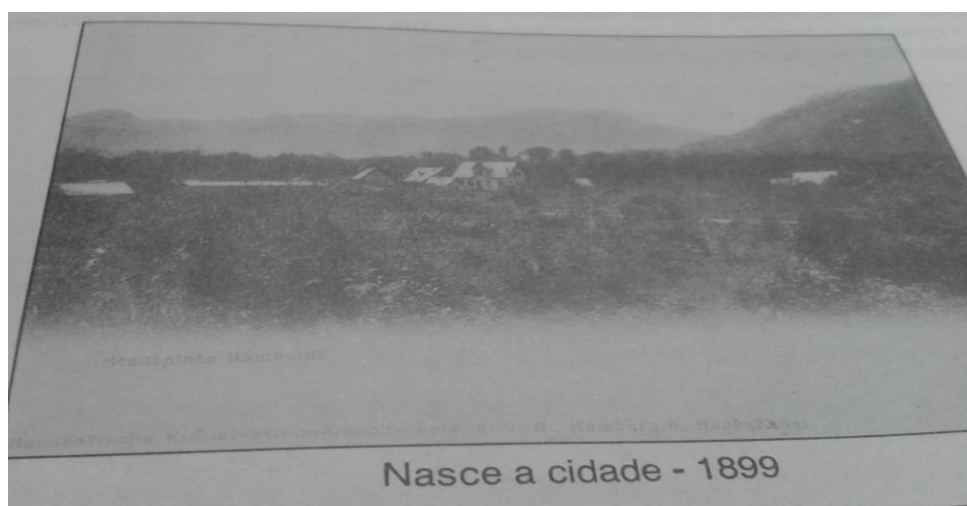
então eles saíram tão longe que, olha... Saíram tão longe, tinham que buscar com canoa pra comer, que aqui não tinha nada (BERTHELSEM, 2015).

Os registros acerca dos momentos iniciais enaltecem o colonizador, conforme pode ser encontrado no livro de Kormann (1985, p. 28):

Estes pioneiros que tanto lutaram para construir o que hoje temos, que não recuaram vendendo seus lotes e procurando uma vida mais cômoda, merecem todo nosso respeito e gratidão. Quem ama e respeita seus antepassados se torna apto a receber o acervo por eles legado.” Ame teu pai e tua mãe e terás longa vida”. Progresso não é salto no escuro mas, sim, baseado na tradição de seus maiores.

As imagens no livro de Kormann (1985, p. 22) mostram Hansa Humboldt sendo construída (Foto 5):

Foto 5 - Nasce a cidade de Hansa Humboldt



Fonte: Kormann (1985)

As residências na proposta construtiva enxaimel foram sendo construídas conforme as possibilidades. Entre as residências destacamos a dos avós desta pesquisadora, locais onde as histórias sobre os indígenas foram contadas e, especialmente, que servem de referência sobre o percurso destes indígenas. Na Foto 6, a casa dos avós maternos, onde se pode ver a janela do sótão, onde havia dois quartos para os netos em tempo de férias. O retorno ao local nos trouxe lembranças da época dos avós. Lembranças que remetem às relações entre memória e tempo. Na varanda, ficávamos sentados conversando ou brincando. Quando o avô muitas vezes destacou: “crianças, para dentro, os bugres mansos estão vindo”.

Foto 6 - Casa dos avós maternos na Rua Otto Hilbrecht em Corupá – SC



Fonte: A autora (Data: 25/08/2015)

Foto 7 - Casa dos avós maternos em 1957



Fonte: Acervo pessoal da autora

As imagens das Fotos 6 e 7 situam a casa dos avós maternos, Eugênio Soares Pereira e Helena Soares Pereira, na localidade de Bomplandt, quase na divisa com São Bento do Sul (a partir do pórtico que se vê na Foto 9), próximo da ponte que leva o nome do avô, reconhecido comerciante e professor local.

Neste mesmo local foram identificados, durante projeto que visou avaliar o potencial arqueológico do vale do rio Itapocu, objetos (fotos 08 e 09) que caracterizaram a presença de sítio arqueológico (BANDEIRA, OLIVEIRA, p.18). Segundo os autores:

Os Sr. Aldo Sell (Secretário da Agricultura da Prefeitura Municipal de Corupá) nos indicou em sua propriedade, situada na localidade de Bomplandt, próximo ao Rio Humboldt, local onde, segundo ele e antigos moradores da cidade, havia antiga estrada, conhecida por Bugrestrasse, estrada dos bugres ou caminho do Peabiru e local onde havia fragmentos de panelas de barro. Em nossa vistoria constatamos a existência de um sítio raso com cerâmica em sua propriedade (UTM 0672997/7078808) do qual coletamos [...] material (65 fragmentos de rochas, 2 fragmentos de artefatos líticos polidos e 62 fragmentos de cerâmica lisa) e passamos a denominar Cerâmico Bomplandt [...]. As informações sobre este sítio estão na Ficha de Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) [...] (BANDEIRA, OLIVEIRA, 2001)

Foto 8 – Cerâmica arqueológica coletada na localidade de Bomplandt, Corupá em 2001.



Fonte: BANDEIRA, OLIVEIRA, p. 33, 2001

Foto 9 - Sítio arqueológico cerâmico Bomplandt, Corupá em 2001



Fonte: BANDEIRA, OLIVEIRA, p. 34, 2001

Foto 10 - Pórtico que faz a divisa dos municípios de Corupá e São Bento do Sul, entre os bairros Bomplandt e Osvaldo Amaral



Fonte: A autora (Data: 25/08/2015)

Desta forma fica posto que os indígenas estiveram neste local ou próximo dele. Já a casa do avô paterno fica em outro bairro do município, na localidade de Rio Novo, distante 6 km do bairro Bomplandt. Ambos os bairros encontram o município de São Bento do Sul. Assim como o local onde se situa a casa que pertenceu aos tios paternos desta pesquisadora, chamado de Garajuva, citado pelo avô paterno e confirmado pelo pai desta pesquisadora, além dos entrevistados, Sra. Renate Berthelsem (moradora local a uma distância de trezentos metros da casa da Foto 12), Sra. Alice Gessner e Sr. Machado, como local de passagem dos indígenas.

Os locais por ordem, casa do avô paterno (Foto 11), casa do tio paterno na época (Foto 12), casa do tio paterno hoje (Foto 13), Lomba dos Bugres (Foto 14), Morro da Tifa dos Palmitos/Lomba (Foto 15):

Foto 11 - Casa do avô paterno. Localidade: Rio Novo



Fonte: Acervo pessoal autora

Foto 12 - Casa do tio paterno. Localidade: Garajuva



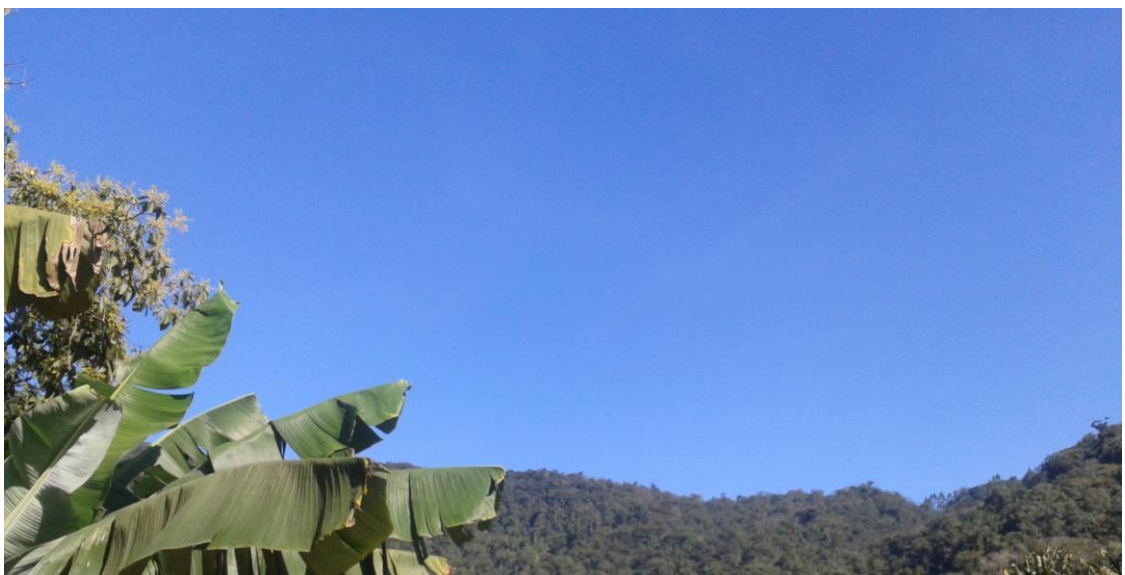
Fonte: Acervo pessoal autora

Foto 13 - Casa do tio paterno nos dias atuais



Fonte: A autora (Data: 25/08/2015)

Foto 14 - Lomba dos Bugres. Localidade: Ribeirão dos Correias



Fonte: A autora (Data: 25/08/2015)

Kormann (1985) conduz ainda, a uma retrospectiva que permeia não só os esforços dos primeiros imigrantes vindos para as terras corupaenses como breves relatos acerca do que é o objeto maior desta pesquisa: os indígenas que aqui viviam e sua relação com o europeu colonizador. Na referida obra, o primeiro registro que evidencia o contato, remete a uma ocorrência em que uma menina de seis anos fora sequestrada por indígenas, os quais foram perseguidos e alguns tombaram por terra em seu próprio rancho e outros fugiram, conforme Kormann (1985, p.65):

Enquanto os pais trabalhavam uma criança foi roubada pelos índios. Era uma menina de uns seis anos que brincava nos arredores. A mãe viu quando a carregaram e como ela chorava desesperada. Imediatamente uma equipe bem armada perseguiu os bugres. Em casos assim os colonos sempre procuravam tomar providências imediatas. Tinham muito medo de ataque de índios. Após um dia de perseguição encontraram o aldeamento indígena. O cercaram e, com medo do revide indígena, atiraram maciçamente sobre os ranchos de palha. Vários silvícolas tombaram e outros fugiram. Percebendo a ausência de maior perigo, entraram na rancharia e encontraram a menina. Estava morta. Levara um tiro na cabeça.

Considerando a citação acima, é preciso que confrontemos memórias. Qual seria o objetivo da empreitada na mata? O resgate da menina, feito com armas descarregadas contra o rancho? Tal fato realmente ocorreu?

Entre os entrevistados, a Sra. Renate Berthelsem, quando indagada, com relação a possíveis sequestros de crianças, responde enfaticamente:

Não! Não! Aqui não! Mas, claro, eles ficaram com medo, ainda mais sozinhos em casa. É! É. Isso, aqui embaixo, o vizinho lá tinha. O Cambach, Evaldo era um. Assim então, era assim. Como eles depois compraram o seu terreno, eles de certo então estavam cada um no seu lugar, mas cada um com o seu, uma barraca. Às vezes a gente escutava que eles atacavam, mas longe. Eles sempre tinham medo que eles iam roubar crianças e tudo. Mas nunca aconteceu. Eu nunca escutei (BERTHELSEM, 2015).

Neste sentido, citamos Candau (2011 p. 32) ao destacar as retóricas holísticas, assevera acerca do conhecimento comum a respeito de um fato:

É discutível e mesmo empiricamente impossível, porque um fato público supõe seu conhecimento comum por várias pessoas. Ora, rigorosamente falando, “o conhecimento comum de um fato por várias pessoas é o conhecimento que possuem essas pessoas desse fato, do conhecimento que os outros possuem dele, do conhecimento que os outros têm do seu próprio conhecimento desse fato, etc”.

Isto posto, cabe destacar que não há relatos na amostragem dos entrevistados desta pesquisa, de sequestros por parte dos indígenas, o que ocorre são relatos acerca do medo e de

situações que talvez tenham ocorrido em locais próximos, mas não no local pesquisado. A discussão sobre as diferentes memórias, não intenciona verificar verdades ou mentiras, mas aludir a respeito da inferência da memória sobre o conflito e, ainda, sobre o que foi mantido desta memória e as representações feitas à época e atualmente. Na entrevista com a Sra. Renate Berthelsem, fica bastante clara a relação de medo vivida. Percebe-se que ademais a viver em terras estranhas, condições climáticas adversas (embora alguns tenham chegado ao inverno), a falta de condições básicas como moradia e alimentação, ainda havia o “desconhecido das florestas” que oferecia grande perigo aos olhos dos imigrantes.

Sobre os indígenas, a Sra. Renate relata que os avós falavam que os índios moravam na serra (Localidade do Garajuva, vide Foto 12):

Os avós falavam que os índios moravam lá na serra. Lá eles tinham seu lugar. Isto foi lá no Paca (Packer). Isso aqui mais pra cima, mas eles não estão mais lá, nem estão vivos. Lá onde morava lá do Jantsch lá em cima. Lá eles moravam e lá eles vieram e ainda atacaram eles. Os índios vieram e atacaram. Foram ao redor da casa e fizeram medo pra eles... (BERTHELSEM, 2015).

Acerca da relação com o indígena, o medo do desconhecido é enfatizado na fala dos entrevistados. A Sra. Renate Berthelsem destaca, ainda, sobre o medo: “De certo não... (risos). Tinham medo, claro! Mas...o que fazer? Às vezes eu penso: eu não iria num lugar onde tinha índios!”

Outra entrevistada, a Sra. Alice Gessner aponta o local (Foto 15), visto da varanda de sua casa e relata que:

O sogro sempre falava de vez em quando. Depois eles tinham o pasto aqui, sabe? Aí se os índios passavam aqui em cima, daí eles sempre queriam ver, de certo se o homem, sei lá, se tinham medo. Lá... diz que o gado tinha medo e berrava aqui, né? Colocaram bem rápido pra cima e correram lá. O gado cheirava os índios. O Albert falava e o sogro também falava que é porque os índios passavam ali em cima, eles sempre vinham. Eles vinham lá de cima do sertão e vinham pra cá até lá em cima. (GESSNER, 2015).

A Foto 15 mostra o local apontado como a “lomba” onde os indígenas passavam e onde seria a sepultura do Ferreira (morador do Sertão que caçava e foi morto pelos indígenas e enterrado no local), visto da varanda da casa da Sra. Gessner em Corupá.

Foto 15 - Local conhecido como “lomba” (Data: 25/08/2015)



Fonte: A autora (Data: 25/08/2015)

A situação de conflito com os indígenas não ocupa espaço de privilégio entre os relatos apresentados no livro que apresenta a história de Corupá. Assim como o autor não determina como únicas as etnias que aqui se encontravam e com as quais se deu o conflito pelo espaço das terras corupaenses. Na obra de Kormann (1985, p.133), entretanto destaca-se, através do vocabulário utilizado, a intencionalidade de demonstrar a supremacia do imigrante sobre o habitante destas terras:

É natural que os donos da mata, os índios, não gostavam da grande invasão dos homens brancos ou, melhor, caras pálidas como eles os chamavam. Não gostavam, embora do alto dos morros, no enrodilhado das estreitas picadas, eles gostavam de observar o civilizado em sua superioridade.

Na análise das experiências do processo de colonização e de contato entre povos diferentes, ao atentarmos aos detalhes dos relatos, percebemos que estes revelam manifestações de preconceito, além de medo e insegurança de ambos os lados, porém, especialmente da parte do imigrante, o qual, entretanto, é apresentado, nos relatos orais e escritos, como herói desbravador. Registros que evidenciaram a presença do indígena em terras corupaenses, de cunho científico ou acadêmico, não foram encontrados senão o livro de Kormann, assim como nas demais obras da colonização do Vale do Itapocu, que nomeiam o indígena como selvagem a ser pacificado, destacando os feitos do colonizador sem, entretanto, ater-se à questão do genocídio praticado em nome da colonização. Silvio Coelho dos Santos (1973) relata em seu livro a trajetória do indígena na região do alto vale do Itajaí e o título do livro denuncia a preocupação do autor de anunciar o outro lado deste conflito: “Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência Xokleng”.

Voltando ao colonizador do município de Corupá, assim como das cidades vizinhas, este, de fato, veio de condições climáticas, culturais e sociais bastante diferentes das que aqui

encontrou. Foram em sua maioria alemães, sendo que o primeiro nome de Corupá homenageia ao chamado pelos colonizadores “grande explorador alemão”, Alexandre Von Humboldt. Conforme constam nos registros do livro de autoria de Kormann (1985), os primeiros imigrantes que compraram terras da companhia colonizadora hanseática, no ano de 1897 foram: Otto Hilbrecht e filho (lotes 06 e 07), Wilhelm Ehrhard, Wilhelm Rosch (lotes 21 e 22), Heinrich Groth e família (lote 23), Josef Mischka e família (lotes 25 e 26), Emil August Rosenberg (lote 28). Nos anos subsequentes a população de Corupá aumentou significativamente, conforme se pode ver nos registros levantados pelo autor.

Nesta mesma obra é reiterada a latência do amor à pátria deixada para trás e as angústias vividas por quem representou o pioneirismo na colonização destas terras, relatadas nas entrevistas, as quais, de acordo com Kormann, eram agravadas pelas muitas situações adversas a serem enfrentadas, inclusive a gravidez das mulheres representava uma possibilidade mórbida:

Somente quem muito lê e pensa é que pode ter noção exata do que seria ser um pioneiro naqueles tempos, em tais situações. Uma senhora idosa declarou que estar grávida era viver nove meses com um pé na sepultura e outro na vida; somente restava rezar para que tudo fosse bem; e a média de filhos era em torno de dez. (KORMANN, 1985, p.27)

A situação de dificuldade também é reforçada nas falas dos descendentes dos colonizadores, que rememoram as agruras relatadas por seus pais, avós e pelo que alguns deles viveram, mesmo em tempos de melhores condições, onde o progresso já despontava, com a construção da estrada de ferro e pequenos comércios locais. A condição climática e a realidade bastante diferente das que lhes haviam sido prometidas na terra natal, se mostravam cruéis o bastante para desolar muitos dos imigrantes vindos em busca de condições melhores. O abandono do governo e a rejeição sofrida anos mais tarde, quando da 1ª guerra, também aparecem nos relatos do livro de Kormann (1985, p.28), onde podemos constatar o descontentamento e desabafo:

Longe da Pátria, de parentes e amigos, tudo ficara para trás, só lhes restava a incerteza, a dúvida e a solidão, contra o que opunham a esperança. Na selva bruta, cercada de mistérios, só lhes restava o esforço pessoal, a fé em Deus e na prodigalidade natural. Tinham que prever até mesmo o imprevisível e saber socorrer-se porque socorro alheio não existia. O governo estava ausente de tudo, até mesmo das escolas. Ele aparecia apenas sob a forma da Companhia Colonizadora para cobrar os lotes e, mais tarde para castigar com requintes de sadismo aos que falavam sua língua de origem sem que nunca tivessem tido oportunidade de aprender outro idioma.

Diante de tais relatos é preciso que nos coloquemos enquanto pesquisadores, no ambiente e na condição em que se encontravam. O conflito com o indígena deu-se diante de condições de angústia, medo, incertezas e a necessidade de vencer, seja por um investimento feito ou ainda pela questão de sobrevivência sua e de familiares, conforme relatos apresentados nesta dissertação e encontrado no livro de Kormann (1985). A incerteza acerca do morador das florestas levou muitos imigrantes a atos de desespero, certamente. As condições de isolamento, de falta de mantimentos e armas para defesa pessoal também são relatadas na pesquisa e deram indícios para esta dissertação a que algo mais se passou que a dizimação de indígenas. O conflito ocorreu não em uma condição unilateral, assim como o medo e a reação de proteção e manutenção. De protagonistas da história do município a dizimadores de indígenas, o paradoxo deixa uma lacuna que foi também, e naturalmente, objeto deste estudo. Se houve momentos de excessos, ocorreram de ambos os lados, assim como de medo e de coragem ao mesmo tempo. Alguns dos descendentes relatam que houve contatos pacíficos, embora o medo predominasse. De acordo com Kormann (1985, p.134), estes relatos também se evidenciavam:

Conta um dos netos de Emil Koroll que cada vez que seu avô ia trabalhar em sua roça, nas proximidades do morro do garrafão, encontrava-se com os índios e levava-lhes um lanche: pão de milho com nata e manteiga e melado. E assim além de ganhar presentes em troca nunca lhe aconteceu nada de mal.

O medo e a insegurança já acompanhavam os colonizadores antes de sua partida da Pátria, quando ouviam relatos a respeito do aborígene antropófago, selvagem e cruel, conforme Kormann (1985, p.135) em seus registros:

Infelizmente o índio não estava a altura de tamanha tarefa; e o colono, já desde a Europa, era preparado psicologicamente, por histórias horripilantes e selvagens a respeito do índio antropófago; originou-se assim, uma luta sem tréguas e luta de morte. Luta em que o índio só podia levar a pior, pois as condições e os meios de ação lhe eram adversos.

Em pesquisa em jornais da época, evidencia-se que este meio de comunicação, muito utilizado, trazia informações de alerta acerca do perigo que os indígenas representavam. Assim como remetiam a lançar mãos dos serviços dos brugueiros, a fim de proteger suas famílias do perigo iminente.

A solução seria exterminar o inconveniente, não apenas pelo risco que oferecia, mas ainda, por justificativas apressadas de que as tentativas de “pacificação” não eram possíveis e a captura traria o bem aos que não reagissem.

De acordo com Frederico Kilian (1979), o jornal “Der Urwldsbote”, edições do ano de 1904, traz as seguintes notícias sobre assaltos de bugres:

Nº40 de 0/05/1904: Dia 1 de março os bugres irromperam pouco acima de Aquidaben (hoje Apiúna) na entrada de Vargem Grande e feriram com flechadas uma mula e uma vaca. Nº 41 de 09/05/1904. Segundo dia de Páscoa os bugres irromperam na localidade de Fundos Warnow, cerca de duas horas distante da localidade Warnow e saquearam as residências de 09 colonos (7 poloneses e 2 alemães) levando tudo que acharam nas respectivas moradias. O assalto ocorreu quando aqueles moradores estavam assistindo a missa em Warnow, de forma que não houve vítimas de pessoas. Os bugres chegaram também perto do moinho do senhor Rapczinski, mas não o saquearam, porque os homens que ali estavam os afugentaram a tiros de espingarda. Uma perseguição que posteriormente foi organizada não deu resultado.

E ainda do mesmo autor, retirado da coleção do jornal Blumenauer Zeitung do ano de 1906:

Bl. Ztg. Nº 43 de 27.10.1906. Dia 23 de outubro de 1906 os bugres irromperam novamente, desta vez, no ribeirão Scharlach, colônia Hansa. Ao que parece desde que foram roçadas as capoeiras de ambos os lados da Estrada da Serra, dificultando assim, os bugres agir de tocaia, os bugres transferiram seu campo de ação para a zona da colônia de Hansa, e relata o Nº44 de 03 de 11 de 1906 do Bl. Ztg. Que um novo ataque de bugres no Ribeirão Scharlach causou temor e insegurança entre os colonos daquela zona. Os bugres assaltaram a propriedade do Sr. Krause, matando uma filha deste, aproveitando-se da ausência do Sr. Krause e saqueando toda a casa a bel prazer, ferindo outras crianças.

Animosos debates, entretanto, se travaram em dois jornais da região, quando o médico Dr. Hugo Gensch, posicionou-se favorável aos indígenas e aconselhava o afugentamento dos índios e não sua captura ou morte. Neste caso, nesta pesquisa, não houve relatos a respeito do médico, por parte dos entrevistados. Quanto ao fato de as crianças serem tomadas pelos bugreiros ou pelos imigrantes, o jornal também remete a um caso:

Bl. Ztg. Nº01 de 5/01/1907. Sábado dia 9 de dezembro chegaram a Blumenau as duas mulheres índias e crianças capturadas pelo “bugreiro” Martinho, as quais foram alojadas provisoriamente numa dependência anexa ao convento dos padres franciscanos. Aqui os recém chegados foram apresentados às outras crianças silvícolas capturadas há um ano atrás e que estavam sendo criadas e educadas nas diversas famílias de Blumenau. Estas crianças reconheceram logo as outras, olhando-as com curiosidade e algum receio. Entre as capturadas achava-se uma menina que foi identificada pela menina bugra acolhida há um ano atrás por Paulo Zimermann, como sendo a sua irmã. Mas no mais as já civilizadas demonstravam-se receiosas perante as outras, designando-as como bugres selvagens, o que não queriam mais ser. Como já foi mencionado, o grupo capturado consistia em 2

mulheres, 5 meninas e 3 rapazes, pertencendo àquelas a tribo dos coroados e estes, como prisioneiros daqueles, à tribo dos botocudos.

Silvio Coelho (1973) pesquisador da história do conflito destaca importantes aspectos pós-conflito, entre eles, remete ao fato de que o europeu tinha suas próprias preocupações e desconfortos diante da situação adversa no aspecto financeiro e de incentivo por parte do governo, fato que já conduzia aos limites de muitas famílias que haviam investido seus bens para a viagem ou para iniciar a ideia desbravadora, sendo que o ataque dos indígenas ou a iminência deste eram insuportáveis para quem já vivia nos limites de resistência. As demandas diárias das famílias também não eram tão facilmente supridas, sendo que os diversos profissionais e artesãos vindos do continente europeu, não estavam organizados de forma a, no convívio social, permitir que fossem atendidas muitas das necessidades primárias. No caso de Corupá, as moradias, inclusive, eram precárias, sendo, com o passar do tempo, melhoradas para dar condições mais dignas aos seus habitantes. O indígena, porém, era morador deste lugar e, neste sentido, privilegiado não só por conhecer o local, mas por sobreviver e a partir do que lhe era oferecido nas condições naturais. O imigrante, por sua vez, era acostumado ao trabalho, as famílias eram numerosas, homens e mulheres com o objetivo de vencer os propósitos feitos ainda na Pátria de origem, entretanto, percorrer trajetos pelo rio, porque não havia estradas, não dispor de médico, farmácia, comércio e o enfrentamento ao desconhecido morador da floresta foi realmente muito difícil e desolador nos primeiros anos, conforme relata a Sra. Renate Berthelsem:

Os avós vieram para cá e tinham que lidar com as dificuldades que eles não eram acostumados. Isso! Eles eram da cidade e tudo era muito difícil aqui como eu disse antes. Eles tinham que buscar comida e tudo lá longe e iam pelo rio. Era longe, isso, isso! E tinham que construir e fazer tudo sozinhos. Primeiro foram cabanas como eu disse, isso. E não tinha luz e tudo era mato. Difícil. Isso foi assim no começo, depois eles foram fazendo. Isso, é, é! E o pior, eles não sabiam quem era essa gente do mato. Tinham medo, claro! Isso eram índios! Depois eles foram conhecendo e sabiam quando eles vinham por perto, mas isso dava medo! (BERTHELSEM, 2015).

A relação pacífica com os indígenas era sustentada ora pela coragem ora pelo medo. A missão civilizadora, os ataques, as dificuldades, os caminhos desconhecidos e difíceis, a perda de animais, quando não de pessoas, era exposto nos jornais e ainda de boca em boca. Os locais onde os indígenas apareciam causava desconforto e levava a opinião pública a ser influenciada em relação aos acontecimentos. Mas quem era realmente o morador da floresta, o que teria a seu favor na relação com o imigrante?

Se o medo foi natural ou provocado, ele existiu e foi o que levou os colonos a concordarem com a contratação dos “batedores do mato” e por vezes tentarem sozinhos afastar o morador desconhecido. A Sra. Renate Berthelsem relata momentos como esse:

Só aquele que eu disse que estava lá. O filho então estava lá. Encontrou eles de longe, eles tinham o cabelo assim reto e umas meninas assim junto, é, é. E daí depois o pessoal estava dizendo que os homens foram pra lá e as mulheres passaram por aqui. Mas decerto, então, eles sabiam o caminho, né? Isso é lá no Rio novo, isso! Então na Serra lá pra cima levaram eles. Isso sempre o opa disse: eles tinham que levar eles lá pra cima. Os homens fortes com espingarda e daí eles tinham que ir junto. Isso é só para mostrar sabe, ninguém sabia a língua deles, então mostrar e daí então o pessoal foi com eles pra cima e daí no Sertão algumas vezes a gente escutava que eles estavam atacando, né? Eles foram nos pés deles no mato. E depois de longe eles viram e uma vez eu acho que foi o Eisbhart, foram lá e um se escondeu em cima da árvore, o índio. Pois é, queriam ver ele. Todo dia ele tava lá e controlando e daí então eles cortaram a árvore e ele tava em cima e depois ... sumiu (risos). É, é, ele sumiu! (BERTHELSEM, 2015).

Está descrito que a chegada às novas terras trouxe um elemento novo aos desafios já previstos pelos europeus: depararam-se com moradores de hábitos desconhecidos. Eram moradores das florestas. Segundo Santos (2003), da etnia Xokleng, povo migrante entre o litoral e o planalto.

Conhecer este morador das florestas era essencial, entretanto, como fazê-lo, quem era e o que faria em caso de aproximação? Seus costumes diferentes colocavam em dúvida esta possibilidade, desta forma, o melhor seria afastá-los, já que a comunicação entre europeus e indígenas estava comprometida pelo fato de não reconhecerem-se linguisticamente, tampouco por seus costumes. Quem de fato era o morador das florestas chamado de “bugre”, índio, botocudo?

Xokleng, de acordo com Garrote (2012):

Etnia indígena que habitava florestas que cobriam as encostas das montanhas, os vales litorâneos e as bordas do planalto no Sul do Brasil. Vivendo da caça e da coleta. A Floresta Atlântica e os bosques de pinheiros (araucária) forneciam tudo o que necessitavam para sobreviver. Caçavam diferentes tipos de animais e aves, coletavam mel, frutos e raízes silvestres. E tinham o pinhão como um dos principais recursos alimentares. O território que ocupavam não tinha contornos bem definidos. As rotas de perambulação eram freqüentadas de acordo com o seu potencial em suprir, através da caça e da coleta, as necessidades alimentares do grupo. Mantinham uma disputa secular com o Guarani e o Kaingang, disputando controle desse território e recursos.

3 O MORADOR DAS FLORESTAS: AS PROVAS DE SUA EXISTÊNCIA E O SEU DESAPARECIMENTO

Quanto ao morador da floresta, pouco se sabia. Denominados vulgarmente por bugres, cuja identificação genérica era agregada ao perfil de homem não civilizado, agressivo, antropófago e de alta periculosidade. Sua etnia também não era identificada, ficando a cultura destes a mercê das interpretações dos imigrantes e bugreiros. Percebe-se que os registros formais também não se ativeram aos costumes, práticas de cultura ou sequer reconhecimento étnico. O indígena foi relegado, no princípio, ao estigma de obstáculo ao processo de colonização e, conseqüentemente, ao progresso da região, portanto haveria de ser eliminado e sua cultura, por ser “inferior”, não merecia maior atenção.

Relativo à cultura indígena, pouco se tem em relatos que remetam a observações de suas práticas, haja vista o conflito ser permeado pelo medo, na maioria das vezes, tais “detalhes” passam despercebidos. O que remete aos povos das florestas, nas memórias dos descendentes, é o fato de terem a pele escura, andarem nus, usarem armas e, conforme destacado nas entrevistas, serem curiosos e quererem apossar-se dos bens dos imigrantes. A Sra. Marlene Hoffmann Corrêa, relata a respeito dos indígenas:

Sempre se falava bastante sobre os indígenas nessa região ali, inclusive se achava, né, vestígios, que seriam as flechinhas, panelinhas, as machadinhas. Inclusive eu tinha muito disso e se perdeu. Tinha uma família que morava até um pouco longe da nossa residência, que chamavam de bugres mansos. Inclusive eles tinham bastantes características de bugres na cor, no cabelo, na fisionomia. Chamavam de mansos porque eles se relacionavam bem com a gente, mas moravam no meio do mato, viviam a base das coisas que plantavam, pediam porque tinham bastantes filhos, netos. Enfim, era uma família bastante grande e até hoje tem descendentes deles que vivem aqui em Corupá. Eu estou com 67 anos e acho que os velhos, velhos mesmo, ainda viviam até 1975 em Corupá. Eu não posso precisar, assim exatamente, mas acho que até essa época eles ainda viviam, porque eu ainda não tinha casado, talvez um ou outro, o chefe de toda tribo. Depois, então, tinha os filhos, depois vieram os netos, que ainda continuam alguns por aí. Índios mesmo, pela característica deles deveriam ser bugres mesmo. Tinha outras pessoas que também encontraram peças. E a gente também ia atrás, né? Nunca compramos nada, sempre ganhamos porque a gente gostava disso, então a gente ia à busca disso a pé. Algumas coisas foram encontradas no Bairro Bomplandt. Eles também tinham uma mania interessante, acho que gostavam tanto dos bichinhos que se eles encontrassem um cachorrinho na rua, achavam que era perdido e levavam. A gente às vezes tinha que estar correndo atrás deles, porque eles achavam um cipó, uma corda, um capim mais forte, enfim qualquer coisa e levavam junto. Eu acho que eles gostavam tanto dos bichos, que essa era a forma, eles achavam que estava perdido e levavam junto, né? Isso era muito engraçado e muito interessante, porque todo mundo dizia, “recolhe os bichinhos que os bugres estão no pedaço, na rua”, né? Porque se tivesse no alcance deles, achando que não tinha dono, eles estavam levando e sempre com um capim, um cipó, alguma coisa, eles estavam passando com um cachorrinho. Enfim, com

certeza existia indígenas em Corupá. Pelo fato de você encontrar tantos objetos que pertenciam a eles, que foram fabricados artesanalmente por eles, né ? Porque se você, como eu, tinha várias pecinhas, flechas, a gente não imagina, sem ferramentas, sem a tecnologia que existe hoje, a perfeição daquilo. Era impressionante, porque eu acho que para cada tipo de flechas existia uma finalidade pra ela, era diferente o formato, a ponta, eu acho que deve ter existido muito pela quantidade que se achou. Infelizmente eu não tenho como comprovar porque isso se perdeu. (CORRÊA, 2015)

Os objetos, como pontas de flechas, machadinhas, pedras e cerâmica apresentados (Foto 16 e foto 17), ainda carecem de reconhecimento e identificação apropriada, pois conferimos expressivas diferenças (que podem remeter a comunidades indígenas de épocas e etnias diferentes) no que consta como arquivo das famílias, no Museu Irmão Luiz Godofredo Gartner e ainda de um historiador leigo, de nome Fabio Krawulski Nunes, que registra os acervos encontrados, tendo ele próprio destacado as diferenças havidas entre os objetos.

Foto 16 - Flechas indígenas encontradas em Corupá, no terreno da Sra. Renate Berthelsen



Fonte: A autora (Data: 25/08/2015)

Foto 17 - Flechas indígenas e mãos de pilão encontradas em Corupá, no terreno da Sra. Renate Berthelsem



Fonte: A autora (Data: 25/08/2015)

Os locais apontados nas entrevistas, Bomplandt, Garajuva, Rio Novo, Ribeirão dos Correias, Sertão, Isabel, Tifa dos Palmitos, como possíveis moradas ou locais de estadia mais longa dos indígenas que em Corupá viveram, são mantidos nas memórias das pessoas e, conforme relatos apresentados nesta dissertação, parecem servir de âncoras para que não se apague da história o que foi vivido. E, de acordo com os relatos teria sido próximo a estes locais, a fonte do acervo que hoje é mantido e apresentado como prova de que ali viveram indígenas.

A Foto 18 mostra trecho do Ribeirão dos Correias, local próximo de onde o morador, Sr. Machado, relata que encontrou flechas e inúmeras outras peças que somam um acervo de aproximadamente mil peças. As margens do referido rio também seria local de passagem dos indígenas conforme nos relata o Sr. Machado. Nas proximidades deste local há belas cachoeiras. E a lomba dos bugres mostrada pelo Sr. Machado (Foto 14), próxima ao rio também seria caminho dos indígenas:

Isso tudo foi encontrado ali na lomba, que era o local onde eles passavam, era o caminho deles. Inclusive tem um pote, uma panela, não sei tipo uma cerâmica que ainda está lá. Lá no mato mesmo, meio enterrado. E essas coisas todas, o monte de flechas e peças foram achadas assim, na terra. São muitas peças, que a gente guardou porque isso são provas. Mas deixa lá, já teve pessoas que queriam levar, mas a gente quer guardar assim, porque foi achado aqui e guardando a gente tem as provas do que aconteceu. E na beira do rio eles também andavam por aí tudo. (MACHADO, 2015)

Foto 18 - Margem do Ribeirão Correias, em Corupá



Fonte: A autora (Data: 25/08/2015)

Foto 19 - Autora na margem do Ribeirão dos Correias, em Corupá (Data: 25/08/2015)



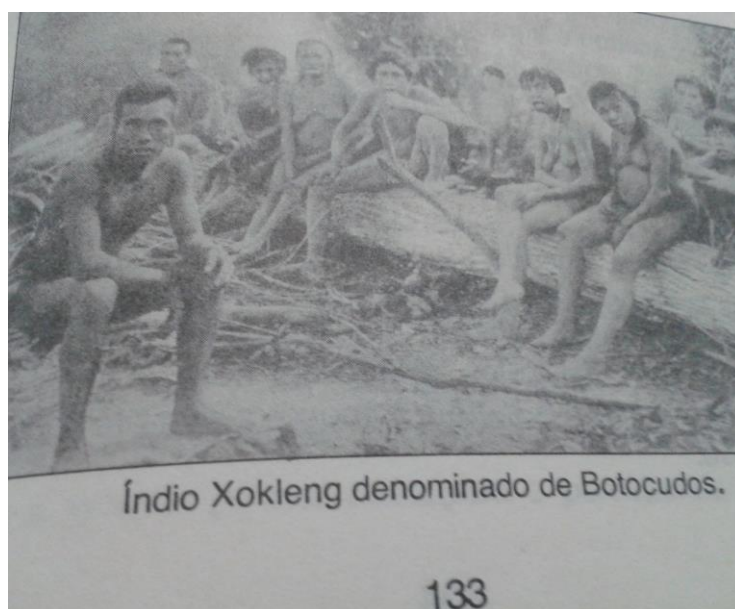
Fonte: A autora

A senhora Klara Hermann, também relata sobre os moradores das florestas, em entrevista à jornalista Maria Cristina Dias publicada no “Diário de Klara Herrmann”:

‘Nós vivemos aqui como antigamente os antigos germanos na floresta alemã, em geral a uma distância do arremesso de uma pedra e o mais próximo possível de uma fonte de água ou de um ribeirão. Aqui também a terra tinha que ser defendida do ataque de outras tribos, principalmente contra os bugres. Há 32 anos uma grande quantidade de índios Coroados, que tinham sido perseguidos por Botocudos, passaram por aqui de forma pacífica à vista de todos. Eles vieram da Argentina, da província de Misiones, onde antigamente haviam sido amansados pelos jesuítas. Após dissolução, eles novamente se tornaram selvagens. Eles estavam muito famintos e agarravam ansiosos tudo o que os colonos lhes davam. Em torno de 20 mulheres e homens se encorajavam a sair. O resto do grupo permanecia na mata. Eles ainda não conheciam o açúcar. Eles trocavam arcos e flechas por comida. Como não puderam ficar aqui, seguiram para o planalto. Alguns anos mais tarde, vieram Botocudos até nós. No início, nós os notávamos sem os ver. Eles atiravam pequenas pedras sobre os telhados, a partir de esconderijos seguros na floresta ou na capoeira. À noite faziam-se perceber através de buzinas. Na floresta, eles caminhavam um atrás do outro na mesma trilha – galhos e folhas afastavam para os lados. Um colono surpreendeu um Botocudo enquanto estava dentro do rio se livrando das abelhas. Ele havia tirado mel de uma árvore. O colono tinha uma arma consigo mas não atirou, apenas o chamou e com muitas exclamações escandalosas de advertência, ele sumiu na mata’.

Kormann (1985) apresenta imagens do indígena, porém não há referência quanto à fonte destas primeiras imagens (Foto 20) do indígena e (Foto 21) do Posto Duque de Caxias, em Ibirama onde Eduardo Lima e Silva Hoerhann organizou o aldeamento indígena Rio Plate.

Foto 20 - Índio Xokleng, denominado de Botocudo

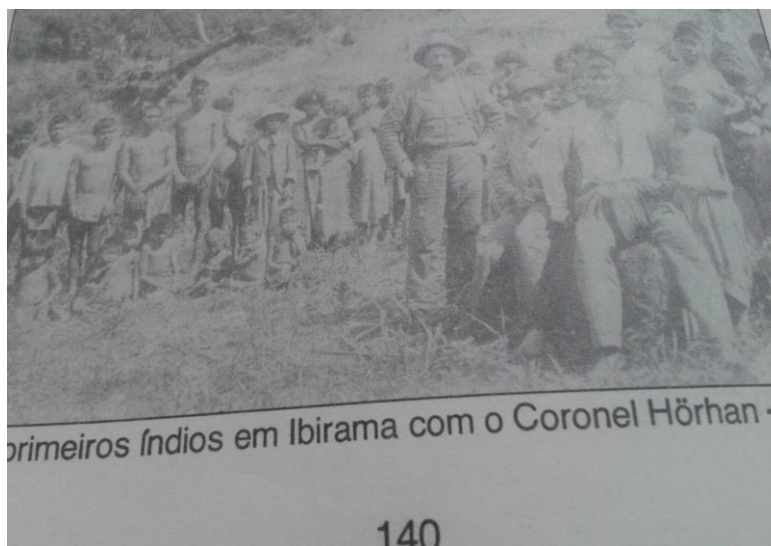


Fonte: Kormann (1985)

De acordo com registros acerca do aldeamento em Ibirama, os moradores das florestas nas terras que hoje demarcam a área de Corupá (Foto 21), estiveram de passagem, eram indígenas da etnia Xokleng, os quais foram dizimados ou pacificados. Quanto à diversidade de objetos, devem-se, provavelmente, à passagem de outras etnias pelo solo que hoje pertence à Corupá, pois de acordo com Kormann (1985, p.140):

Sabe-se, também, que bem antes do colono para chegar aqui já existiam as tribos indígenas, mesmo pré-cabralinas. Além do célebre Peabiru, havia trilhas secundárias dos índios do planalto que, por vezes, iam ao mar em busca de peixes que secavam ao sol e os do litoral que iam ao planalto buscar o pinhão.

Foto 21 - Primeiros indígenas em Ibirama



Fonte: Kormann (1985)

Ainda no livro de Kormann (1985, p.143), há o registro acerca de louças de barro e demais materiais encontrados que denunciam a existência de tribos indígenas em período anterior ao pesquisado: “Em Corupá foram achados muitos restos de louça de barro, pedras do neolítico e mesolítico e demais artigos de uso comum do aborígene”. Porém, de acordo com Kormann (1985, p.143), provavelmente os indígenas que em Corupá foram vistos inúmeras vezes, deveriam pertencer à tribo Xokleng: “Estes botocudos, de nome, Xokleng, eram só uma pequena tropa de viagem, talvez fugindo de Martinho Marcelino de Jesus”.

Quanto a Martinho Marcelino de Jesus (Foto 21), conhecido e afamado bugreiro, contratado para afugentar e/ou exterminar os indígenas, Kormann (1985, p.136) destaca:

Surgiram bugreiros afamados. Um deles, o mais conhecido da região, foi Martinho Marcelino de Jesus. Os índios lhe haviam dizimado a família; matando sua esposa e dois filhos. Martinho era famoso. Trabalhou na região de Blumenau e sul do estado. Seu esquadrão da morte era composto de vinte e cinco pessoas que lhe eram totalmente juramentadas sob pena de morte sumária na floresta. No arquivo histórico de Blumenau existem listas de subscrições, em dinheiro, com o objetivo de financiar as expedições de Martinho Marcelino de Jesus que se tornou um verdadeiro profissional caçador de índios.

Foto 22 - Martinho Marcelino de Jesus



Fonte: UFSC (1932)

As expedições dos bugreiros (Foto 22) tinham o objetivo claro de caçar os indígenas, vivos ou mortos eram apresentados como troféus.

Foto 23 - Expedições de bugreiros



Fonte: Santos (1997)

Os batedores do mato ou bugreiros, no livro de Kormann (1985, p.136) estão representados como caçadores de bugres, organizados em grupos para as caçadas:

A partir de Blumenau, organizados pelo próprio Dr. Blumenau, formaram-se então os Grupos Bugreiros. Esses grupos travavam muitas lutas e atacaram os índios. A tática deles era surpreender os índios e, durante o sono, degolá-los. Grupos inteiros assim foram dizimados.

Dito isto, pensamos acerca das questões culturais que foram perdidas, foi o progresso, a civilização em detrimento da possibilidade de manutenção da cultura entre os diferentes, falando especificamente no caso do município de Corupá. O anonimato da cultura e do povo indígena, enquanto detentor de cultura diferenciada foi o extremo da hegemonia europeia sendo praticada, muito provavelmente sem a preocupação com o fato à época, senão quando etnólogos vieram a dar contas do ocorrido anos mais tarde, em nível regional e nacional. É importante que consideremos que a par de toda a cultura indígena, direitos foram usurpados, o sentimento de sociedade, seus costumes, instrumentos de guerra e de trabalho, suas práticas sociais. A aculturação decorrente deste contato manteve predominância da cultura alemã, fato este que incidiu sobremaneira nas práticas indígenas, muito mais por base forçada do que por interesse próprio dos indígenas. A espoliação do passado parece manter-se no presente apesar das diversas tentativas (e algumas exitosas) de criar uma dialogicidade; nesta pesquisa, porém buscamos ir além do relativismo cultural, buscando manter a imparcialidade diante dos fatos, objetivando apresentá-los de forma a que não se obstrua uma cultura em detrimento da outra.

O habitante das florestas que tenha se abrigado em Corupá, certamente deixou sua contribuição, embora não tenha sido valorizada a seu tempo.

De acordo com Santos (1973, p.258):

Ao saltarem da condição de nômades-caçadores, para a de sedentários, os Xoklengs tiveram de sofrer uma mudança fundamental em seu sistema adaptativo, tornando-se agricultores. É evidente que isto não ocorreu nos dias imediatos que se seguiram a pacificação. O processo de mudança, embora brusco, realmente levou anos para ser aceito pelos indígenas.

A organização cultural dos xokleng realmente em muito diferia da do colonizador, o cacicado, por exemplo, remetia ao posto de chefe da tribo, não por questões sociais, mas pelo exemplo de bravura. Os botocudos deixaram de viver em terras corupaenses no ano de 1914, aproximadamente, embora esta pesquisadora tenha ouvido do pai o relato de que em 1969 ainda tenham sido encontrados índios no morro do Garajuva, em direção a São Bento do Sul, informação reforçada pelas entrevistas da Sra. Marlene Hoffmann Corrêa conforme citado

anteriormente que os “bugres mansos” viveram aproximadamente até 1975 na região do bairro Bomplandt em Corupá e da Sra. Renate Berthelsem, quando declara que os indígenas estiveram livres e em tribo no ano de 1959, quando seu filho, de quatro anos, encontra-se com indígenas sem o saber:

E o rapaz tinha ido pra cá e aí ele disse depois que lá na atafona lá eles tavam comendo cana. E então eu disse pra ele: você sabe quem era isso? Isso são índios. Não, ele disse! Eu disse: sim, isso eram índios. Ai, meu Deus! Ele não sabia. Se ele sabia que tem índios (risos) por nada ele ia lá (BERTHELSEM, 2015).

Até o ano de 1914 foram realizadas buscas pelos indígenas em terras corupaenses por Martinho Bugreiro ou por seus ajudantes que, como em outras regiões próximas à Corupá, se embrenharam nas matas para capturar os “bugres” vivos ou mortos.

Os colonizadores, de acordo com a entrevistada Sra. Renate Berthelsem, também tentaram encaminhar os indígenas para longe de suas casas:

A gente escutava que eles tavam lá no Sertão, algumas vezes a gente escutava que eles estavam. Os que moravam aqui no começo falavam tudo em alemão. Eles todos escutavam que eles, os índios, matavam gente. E daí o jeito era mandar eles prá longe, né, pro morro de onde eles vieram. Mas sem matar, só empurrando eles porque não se falavam porque eles não entendiam alemão. Fazer o quê? (BERTHELSEM, 2015).

Quanto ao senhor Ferreira, conhecido na região como morador que foi morto pelos indígenas, as entrevistadas contam versões diferentes. A Sra. Alice Gessner relata:

Porque eles mataram aquele homem era de manhã cedo, né? Porque ele foi caçar e estava esperando, queria matar um jacu, né? E só por isso eles pegaram o jacu e o homem ficou bravo e brigou e mataram ele com facão, cortaram em pedacinhos. Só por via do jacu e só por via disso enterraram ele lá, os índios (GESSNER, 2015).

Já a senhora Renate Berthelsem, durante a entrevista, denota tristeza ao relatar, e seu tom de voz fica quase inaudível, quando nos conta sobre a morte do senhor Ferreira:

Sim, lá...ele matava! Ele matava índios e naquela vez pegaram ele aqui em cima, eles estavam perto, daí ele disse para os filhos: vão pra casa, vão correr porque eu não venho mais. E mesmo mataram ele. Assim sempre falaram. E daí as crianças fugiram e no outro dia, ele tava cortado...em pedaços. Mas dizem, como eu, estavam com raiva e então daí pegaram ele. Ele morava no Sertão e estava aqui caçando, isso! Nesses morros, do outro lado do rio, bem, bem lá em cima na Tifa do Palmitos (BERTHELSEM, 2015).

A bisneta do Sr. Ferreira, a Sra. Maria Joana Belarmino, também foi uma das entrevistadas e relata o que ouviu a respeito do ocorrido com o bisavô:

Meu nome é Maria Joana Belarmino, nasci em trinta e um de março de mil novecentos e sessenta e cinco, sou de Corupá. É, a princípio lembro vagamente, a mãe comentava quando eu era criança que o bisavô dela, mais conhecido como Coronel Ferreira, ele foi picado pelos índios, ou sei lá naquele momento a gente não tinha muita noção do que significava isso, mas agora a gente tem outro entendimento. Eu lembro vagamente que a mãe falava que ele foi assassinado e que várias vezes ele foi enterrado e eles tiravam do túmulo e desenterravam novamente. E teve uma vez que eles picaram ele em vários pedaços, daí essa é a única coisa que eu lembro, que a gente era muito criança. A mãe e a família contam que ele roubou duas crianças dos índios e levou pra doação em Joinville, daí esse foi um dos grandes motivos e fora essa situação que ele era uma pessoa muito ruim, muito vingativo com os índios. Ele tinha, sei lá, uma vingança ou sei lá, uma forma de agir com os índios lá que ele sempre fazia maldade ou sei lá o que podia significar aquilo, mas ele sempre se comprometia em atos não muito corretos com os índios. Ele foi um dos colonizadores de Corupá, ele comprava mantimentos, ia a Curitiba comprava mantimentos e vinha e vendia pra Corupá, Jaraguá e também levava coisas daqui, da colônia para vender pra lá. No município de Corupá com certeza existiram indígenas (BELARMINO, 2015).

De acordo com Kormann (1985, p.140), o Posto Duque de Caxias traria a tão esperada segurança aos imigrantes e, conseqüentemente o desaparecimento dos indígenas em terras corupaenses. O posto fora criado por Eduardo Lima e Silva Hoerhann, líder da expedição e responsável pelo Posto de atração Plate, principal posto da região do Vale do Itajaí localizado à margem do rio de mesmo nome, renomeado em 1920 para Posto Indígena Duque de Caxias, Hoerhann exerceu as seguintes funções no decorrer de sua vida: auxiliar fotógrafo, encarregado do Posto Indígena de Atração (PIA) do rio Plate, encarregado do PIA do alto rio Krauel, encarregado do Posto de Vigilância e Atração do Rio São João que atendia os vales do rio São João e Liberdade e encarregado do Posto Indígena Duque de Caxias de 1920 a 1954, de acordo com o Ministério da Agricultura (BRASIL, 2012).

O processo de “pacificação” foi controverso e margeado por apoiadores e opositores. E a personagem mais controversa desse movimento pacificador foi, sem dúvida, Martinho Marcelino de Jesus, o famoso Martinho Bugreiro, o qual praticava atos cruéis contra os indígenas e para isso era contratado. De acordo com Kormann (1985, p.136), a família de Martinho teria sido dizimada pelos indígenas:

Surgiram bugreiros afamados. Um deles, o mais conhecido da grande região foi, Martinho Marcelino de Jesus. Os índios lhe haviam dizimado a família; matando esposa e dois filhos. Martinho era famoso. Trabalhou na região de Lages, foi contratado para Brusque, Blumenau e sul do Estado.

Os ataques eram violentos nas diversas regiões onde Martinho Bugreiro atuou com seu grupo. Supostamente Martinho era profundo conhecedor das florestas e dos costumes indígenas, não se incomodava em ficar por dias aguardando em silêncio o momento exato do ataque e para isso usava táticas que lhes garantiria a dizimação em massa. Conforme Kormann (1985, p.136):

A partir de Blumenau, organizados pelo próprio Dr. Blumenau, formaram se então Grupos Bugreiros. Esses grupos travavam muitas lutas e atacaram os índios. A tática deles era surpreender os índios e, durante o sono, degolá-los. Grupos inteiros assim foram dizimados.

Ainda sobre os atos de “pacificação” cabe destacar que assim como os registros escritos potencializaram a atitude heroica dos colonizadores, o próprio Martinho Bugreiro cuidou de consagrar sua identidade de “protetor” dos colonizadores e dos interesses públicos. Conforme Kormann (1985, p.137):

É interessante observar que o Bugreiro era escrupuloso nas suas contas, cioso de resguardar o seu nome honesto e respeitador do patrimônio alheio. A perseguição, o ataque, o aprisionamento e até mesmo a morte dos bugres parece não afetavam e nem alteravam as regras de comportamento entre os brancos. Embora não se tenha idéia de quantos índios exterminou é fora de dúvida que foram numerosos. Mas mesmo assim nunca foi tomada nenhuma providência legal contra ele. Não é registrado pelos pesquisadores nenhum inquérito policial, ainda que suas atividades fossem públicas e noticiadas, ganhando inclusive as páginas de jornais. Não eram ignoradas pelo Juiz Albuquerque Gama e pelo promotor público Francisco Antonio das Oliveiras Margarida e nem tampouco pelas autoridades municipais e estaduais.

Entretanto, houve quem assumisse posição opositora à opinião dos jornais e até mesmo dos colonizadores. E, possivelmente, desse movimento opositor tenha realmente surgido a inquietação a qual alavancou uma decisão que, pelo menos em seu intento inicial, parecia buscar proteção e direitos aos indígenas subestimados em sua cultura, abusados em sua liberdade, discriminados e sujeitos a todo tipo de práticas pela “superioridade” branca. Ainda de acordo com Kormann (1986, p. p.139), o Dr. Gensch apesar de defender a causa indígena, teria, ele mesmo, adotado uma indiazinha capturada:

Em posição oposta colocou-se o Dr. Hugo Gensch, assumindo a defesa dos pobres gentios. Médico humanitário há muitos anos clinicando em Blumenau, sua pena brilhante rebatia em termos violentos à campanha liderada pelo jornalista Fouquet. Exigia que os silvícolas fossem afugentados e não exterminados quando saqueavam os colonos em suas propriedades.

Aos imigrantes colonizadores em seu projeto ousado e difícil de colonizar terras em meio à mata nativa, sobrevieram fatos que ainda lhes dificultara a empreitada como os anteriormente citados, falta de condições de saúde, médicos e mesmo os mais essenciais para sua sobrevivência, entretanto aos indígenas não fora menos difícil a sobrevivência durante a colonização. O posto Duque de Caxias foi organizado com a criação do aldeamento de Rio Plate, possivelmente através da ação de Eduardo Lima e Silva Hoerhan que, em seus atos de descontentamento, enche-se de coragem e, ele mesmo e sozinho, se aproxima dos indígenas. O aldeamento ainda existe e lá permanecem sociedades indígenas Xokleng e Kaingang, esses últimos possivelmente vindos do Paraná.

Sobre o aldeamento, Hoerhann (2012) destaca:

Em 1910 o governo brasileiro decidiu proteger os indígenas, mas essa proteção acarretaria o resguardo físico e a nacionalização das comunidades existentes, principalmente aquelas em confronto com populações locais. Para o povo nômade Xokleng este processo inciou a partir de 1914 quando foram contatados pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e, em poucos meses, convencidos a se estabelecerem num local em comum. Logo se tornariam sedentarizados e praticantes da economia agropastoril em troca da tradicional vida livre, coletora e caçadora. Foi um processo difícil que não permitiu ao SPI colocar em prática todas as suas pretensões em virtude do parco apoio governamental e da resistência indígena.

O Serviço de Proteção aos Índios fora planejado pelo governo com a intenção de que os indígenas pacificados e trazidos das matas, fossem integrados à sociedade. O grupo indígena Xokleng de Santa Catarina, foi levado ao Posto Indígena Duque de Caxias, às margens do Rio Plate, reserva indígena.

O intento parece não ter sido atingido em sua totalidade. O que vemos é a luta constante desta e demais etnias indígenas em busca de seus direitos. De acordo com Hoerhann (2012, p.12)

[...] o SPI em longas décadas de atuação, não conseguiu a integração almejada, que tornou os Xokleng “desintegrados” culturalmente e não integrados plenamente à sociedade regional. Isso se acirrou principalmente durante os primeiros anos do advento da FUNAI, cuja política administrativa voltou-se em resguardar os povos indígenas para que vivessem mais próximos possíveis de sua cultura tradicional. Ao considerar que na “Era SPI” os Xokleng sofreram transformações compulsórias, muito diferentes do que estavam acostumados antes do primeiro contato amistoso, ou seja, sem grandes traumas devido às mudanças drásticas culturais, acontecidas pós 1914.

O Xokleng, ou Botocudo, vive então uma nova fase, após o aldeamento em território definido, deixando o nomadismo característico passando por transformações gradativas, onde

foram decorrentes as transformações em sua cultura, que mesmo forçadas provocaram a curiosidade do povo que viveu isolado nas florestas antes do processo de colonização.

4 REPENSANDO A IMIGRAÇÃO E A COLONIZAÇÃO

Se, por um lado o processo de imigração e colonização revelou algumas situações específicas de conflito, também fez com que se mantivessem grupos étnicos com identidades próprias e culturalmente distintos. Apesar das diferentes culturas não terem se hibridizado em um primeiro momento, percebe-se que adveio deste contato fortes inferências na cultura local, embora não atentem os registros escritos para tal. Se o interesse primeiro por povoar áreas de florestas e delas, através do povoamento e da colonização, mecanismos de conquista e de manutenção de domínios territoriais, o que se percebe é que este foi exitoso e desenvolveu expressivas contribuições para o progresso do município de Corupá, entretanto não podemos desfazer da ideia de que uma situação veio em detrimento da outra e considerações tem sido feitas no decorrer desta pesquisa acerca do impacto sobre a população indígena, mesmo que nômade e habitante não permanente. Cabe destacar que nas entrevistas feitas, em nenhuma delas foi citado o próprio imigrante como agente do extermínio, e sim que o medo que dele vinha é que o “forçava” a atitudes extremas como a contratação de bugreiros para o extermínio do elemento que impedia o progresso por vias “tranquilas e civilizadas”, embora Kormann (1985) destaque a história de uma criança roubada pelos indígenas e que acabou sendo morta dentro da cabana, quando da perseguição aos mesmos, em busca da criança. Não podemos deixar de destacar a relação de domínio que era exaustivamente exercida nas falas do governo que, por ora da colonização, incentivou o imigrante a exercê-lo e, em contrapartida, ao estourar a guerra, remete o imigrante ao lugar de descaso, impedindo-o de exercer a liberdade da língua alemã e quaisquer outras manifestações culturais ou sociais.

Quanto aos valores culturais e ideológicos no caso dos imigrantes, em sua maioria permaneceram e são cultuados no município até hoje nas festividades locais, onde são apresentados e consumidos produtos típicos ao som da música e apresentações culturais que remetem a origem dos colonizadores. Não houve, portanto, negociações identitárias. A expressão “teuto-brasileiro” deriva, justamente, das pessoas que promoveram a manutenção de sua língua e tradições de origem como símbolo da hegemonia mantida apesar da espacialidade adversa, o que, ao final, nas narrativas dos entrevistados, é reforçada quando se referem ao desafio encontrado e sobreposto pela “superioridade” do povo europeu. Em toda a região do Vale do Itapocu percebe-se a influência da colonização sobre a agricultura, arquitetura, culinária e cultura regional. Em analogia, a cultura indígena sucumbiu aos efeitos deste mesmo processo. Não há referências aos costumes, culinária, práticas medicinais

alternativas, técnicas de cultivo ou subsistência advinda da cultura indígena, em Corupá/SC, embora ela se faça presente.

Os recortes temporais propostos pela pesquisadora permitiriam que a história indígena fosse levantada ainda com uma certa riqueza de detalhes, considerando que os fatos se deram em períodos não tão distantes do presente, entretanto não encontramos entre os descendentes quaisquer relatos acerca da cultura indígena de que tenham se apropriado ou que lhes tenha sido importante ou benéfico ou ainda estranho diante de sua cultura, senão o da senhora Marlene Hofmann Corrêa, já citado anteriormente, que remete a confecção das flechas e demais objetos sem o uso da tecnologia. Não que não o tenha sido, porém não lhes mereceu a atenção, haja vista não recordarem nada neste sentido. Nesta lógica, entendemos que o pressuposto de dar voz ao oprimido, emergiria no contexto de que entender o “outro” remete a inseri-lo em seu contexto novamente, ainda que através das memórias e a partir deste encontro considerar os contextos culturais diversos. As fontes orais constituem objeto de reflexão e a possibilidade de contestação ou afirmação de registros escritos e, conseqüentemente, daquela que foi considerada história oficial durante décadas. Dito isto, buscar dos indígenas suas versões acerca do processo, da vida antes e após o ciclo confronto/pacificação, traria à história, novas narrativas, novos significados de valor e interesse substancial acerca deste povo. Se por meio dos cânones acadêmicos ou pelas versões orais, o fato é que há histórias a serem compreendidas e pautadas. Sem prescindir, das diversas fontes, porém considerando a história oral para, justamente comparar com as fontes “oficiais”, compreendendo que diferentes lógicas podem emergir e elementos e eventos novos podem sobrepor-se ao contado pela voz do colonizador. Possíveis ambigüidades, diferentes protagonistas, onde o próprio sentido de alteridade tende a não convergir com o que até então está posto na história de Corupá. O espectro ambiente de “pacificação” precisa ser atentado sob o olhar de algum pesquisador. Este é um campo amplo, que demanda uma pesquisa mais apurada, mas que merece ser construída. O entrelaçamento destas histórias não se finaliza aqui, pois senão não passaria de um reforço à hegemonia praticada até então, o estudo das relações interétnicas precisa ser concebido além do limite metodológico, temporal ou espacial.

O genocídio silenciou vozes no passado, mas o descaso da história continua cometendo atrocidades tamanhas ao ignorar a história a ser ainda contada. Discursos de inferiorização foram não só construídos, mas mantidos mesmo com discordâncias em relação à percepção dos indígenas e às práticas a eles dirigidas. A dualidade deste movimento, a historiografia indígena e a articulação com a transdisciplinaridade possível pelo trabalho dos etnohistoriadores, trariam o entrelaçamento necessário a esta construção.

O entrelaçamento das diversas narrativas pode mudar a lógica de entendimento desta história ao incluir o indígena novamente na discussão do seu lugar, seja como vítima ou algoz, porém, de todas as formas, como determinante para a história de ambos os grupos: indígena e europeu colonizador. Ao apresentar as narrativas dos descendentes dos colonizadores podemos perceber ainda, elementos que protagonizaram a história do passado, que representaram o conflito, que até aqui mantiveram ambiguidades, porém hoje cedem lugar, mesmo que com reservas, à alteridade vivenciada por grupos tão diferentes. Embora os significados atribuídos sejam bastante diferentes, este levante permitiu o pensar a “verdade” buscada, como uma construção cultural, não única. Ao tentarmos situar as “verdades” buscadas, constatamos a necessidade de apresentar elementos culturais que construíram esta verdade para cada um dos grupos envolvidos. São relações culturais construídas a partir de um elemento único: as terras sejam elas invadidas ou de pertencimento natural. Este conflito precisa ser compreendido em uma dimensão maior do que apenas o olhar do culto/não culto, letrado/iletrado, civilizado/incivilizado, agressivo/pacífico, selvagem/não selvagem. Se considerarmos o ponto de vista de inclusão social, por exemplo, pouco sabemos a respeito do habitante das florestas, apesar dos inúmeros volumes já publicados. Talvez não tenhamos conseguido ainda captar a essência deste contato e, sequer, a essência da vida antes deste contato. O que temos representa ou um agrupado de percepções que dimensionam o morador das florestas em um conceito único que o contempla sob o olhar da diferença pela forma de vida, cultura e relações sociais ou um discurso fragmentado a partir de elementos que originam a interpretação do branco sobre a vida do indígena. Não conseguimos nos excluir desta forma de trazer este levante. Não é mais possível trazê-lo na sua essência, o tempo decorrido, as nuances da memória, as faltas dos ganchos onde a imagética reforça ou, pelo menos contempla o passado, não é mais mediada pela emoção dos fatos, senão pelo que deles foram relatados. Entretanto, se sequer isso fosse contado, perder-se-ia para sempre o que a história oficial relatou sob um olhar unilateral e tendencioso. Não nos foi possível buscar a informação do indígena para esta dissertação, porém que outros o façam em pesquisas que venham a discutir a colonização sob o ponto de vista de ambas as personagens, sem distinção.

Estudar as relações interétnicas demanda imparcialidade, corrigindo o propósito inicial desta pesquisadora, não se trata, apenas, de dar voz, mas ouvir as diversas vozes, indistintamente. A multiplicidade das histórias não contadas, pelo menos não com imparcialidade, podem contribuir para novas narrativas, que, por sua vez, mesmo que a partir de uma microabordagem podem ver contemplada a história do ponto de vista do outro, e apesar de falarmos de um tempo pretérito, podemos rever conceitos, estruturas e permitir

novas análises. A problemática do expatriamento também emerge no momento em que queremos construir narrativas a respeito da relação entre indígenas e colonizadores, pois da reconstrução do passado e das identidades étnicas dos grupos envolvidos decorre o processo de reafirmação étnica e cultural na região. Na tentativa de compreender a percepção do passado mobilizamos a retomada de referências culturais, ao reafirmarmos a possibilidade da continuidade histórica de ambos, porém, especialmente do indígena, ao qual a literatura não havia dispendido maior atenção, no caso do município de Corupá. Não obstante encontramos na memória dos descendentes vestígios deste episódio mediado pelo desconhecido.

O fragmento das narrativas impacta a perspectiva histórica construída a partir de meros nexos causais da linearidade histórica, pois o devir destes fragmentos, mesmo que esparsos, não de mover novos movimentos e pesquisas onde prodigiosas lembranças permitam que se empreendam, simultaneamente, reafirmação de identidades e pertencimentos. A descontinuidade não desabona o momento histórico, assim como a perspectiva progressista que colocava o indígena como sujeito natural ao desaparecimento por conta do progresso e processo civilizatório não se sobrepõe ao sentido de pertencimento evidenciado no relato oral, o qual nesta pesquisa abrangeu o descendente do colonizador, mas antevê as possibilidades de uma ampla discussão quando da possibilidade de ouvir a voz do indígena. O *ethos* deste povo não pode simplesmente ser resumido a um sentimento de distintividade, sucumbir ao sabor ufanista do europeu ou ainda emergir com um propósito meramente historiográfico. Desdobramentos da colonialidade, do saber e do lugar dos povos indígenas nas sociedades nacionais, além de seus direitos, garantidos na legislação nacional, constituem muitas das pesquisas acadêmicas já desenvolvidas.

Ao problematizar os efeitos da e na memória dos descendentes dos colonizadores de Corupá, diversos temas e detalhes relacionados ao cotidiano, levaram à (re) elaboração de identidades dos descendentes dos colonizadores. A cultura material e imaterial, a educação tradicional, presentes neste discurso, pareciam servir como aporte às práticas conservadoras e, conseqüentemente, denunciavam (e denunciavam, me arriscaria dizer) um discurso pautado na superioridade do colonizador sobre o indígena desprovido de qualquer “cultura” semelhante. Refletir acerca da memória coletiva e individual, analisando os mecanismos que geram o esquecimento e também a memória, demanda perceber estas ancoragens e mnemogêneses que promovem a afirmação étnica e, ao mesmo tempo, descortinam as implicações e os aspectos decorrentes dessas relações interétnicas. Os ensaios sobre esses movimentos nos permitem confrontar os imbricamentos havidos no processo de colonização/pacificação, identificá-los e situá-los no contexto histórico. Seria como preocupar-se, não apenas com a narrativa, mas

com sua estrutura. Outrossim, ao considerar tais implicações faríamos, da heteroglossia, discutida por Bakhtin (1990), o conceito de voz a que esta pesquisa se propôs. Ouvir o inarticulado, repensar a explicação histórica, invocar motivos inconscientes, talvez sejam reais possibilidades da história oral. Seria como um momento de transição, que viria a substituir ou alterar o já dito, intentando um debate novo e dinâmico para produzir e conduzir o levante de aspectos históricos até então não considerados. E, por isto mesmo, esta pesquisa deve ser contemplada como invocadora de vozes, no sentido de que não se torne superficial a ponto de deslocar o texto “oficial”, sem lhe provocar novas incursões. Embora pareçam um tanto ingênuas as perguntas acerca do que não fora contado nos registros escritos a respeito não só da colonização do município de Corupá, mas em todo o território nacional, nos parece pertinente esta observação a respeito da chegada dos imigrantes europeus. Não por desmerecer seus intentos ou suas dificuldades, mas por representar uma perspectiva que justamente representa o levante de memórias dos descendentes que demonstraram manter muito do que a história escrita já havia registrado, entendemos pertinente ressaltar essa questão, embora suas motivações já nos sejam conhecidas e tenham sido tão amplamente discutidas em textos acadêmicos e obras historiográficas em geral.

A chegada ao Brasil ao final do século XIX dos imigrantes europeus os leva a um panorama do Novo Mundo, no qual, além de vencer as dificuldades impostas pelas diferenças climáticas e as demais já expostas nesta dissertação, caberia a eles testemunhar em que condições e de que forma adequaram-se a essa experiência e elencar os aspectos exitosos, uma vez que aqui haveriam de fixar residência e constituir empreendimentos que dessem conta dessa nova vida. Darcy Ribeiro (1995, p.30) destaca, reforçando a necessidade de que tratemos dessa questão do testemunho que foi dado unicamente de um dos lados:

[...] só temos o testemunho de um dos protagonistas, o invasor. Ele é quem nos fala de suas façanhas. É ele também, quem relata o que decidiu aos índios e negros, raramente lhes dando a palavra de registro de suas próprias falas. O que a documentação copiosíssima nos conta é a versão do dominador.

Do que deles permaneceu ou do que pode ser identificado como constructo de uma história acerca dos invadidos, cabe ser feito o levante. De fato, os indígenas, de acordo com os relatos orais existiram e fizeram parte do convívio com o colonizador de formas diferentes seja pacífica ou agressivamente, porém aqui estiveram e isto está posto. Entretanto, acreditamos que estudos na proposta da etnohistória possam ser ainda mais relevantes, considerando o contexto atual e os caminhos percorridos pela historiografia tradicional

escrita. Empreendemos leituras a respeito do conceito de etnohistória para validar ou qualificar nosso entendimento para esta pesquisa e futuras. De acordo com Oliveira (2012):

Neste sentido, entendo que a etnohistória não deve ser reduzida à noção de uma história anacrônica, exótica e essencialista dos povos indígenas, tampouco percebida como uma proposta restrita aos povos indígenas outrora estudados quase que exclusivamente por etnólogos. Deve ser compreendida para muito mais além, inclusive como uma perspectiva metodológica interdisciplinar – ou disciplina híbrida como alguns a defendem – que tem por objetivo estudar a história e a cultura de povos e comunidades tradicionais, como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc.

Conceituada, a etnohistória a que nos reportamos, é o que justifica que acreditemos que o que possa ainda ser identificado possivelmente remeta mais à etnohistória a partir desse momento, onde seja possível atingir dimensões que não se prendam apenas às questões metodológicas sobrepostas nos ambientes acadêmicos, mas que, articulem-se com os demais conhecimentos, gerando uma visão ampliada do processo e do tempo histórico.

Especialmente por representar questões dos povos ágrafos contadas pelos letrados. Ou, ainda, pelo que não fora registrado e compartilhado com os descendentes dos colonizadores de forma a comparar o que as memórias de um e outro tenham referenciado. Mas se está nomeado e mapeado, talvez deva ser elencado em outra perspectiva de historicidades. A etnohistória, em nosso entendimento, pode dar conta desse recorte temporal e abordar aspectos mais específicos da cultura indígena, não tocados até então no caso do município de Corupá. De acordo com Edinaldo Bezerra de Freitas (2004):

Tão pouco, quase nada conhecemos sobre essas sociedades. E o mais alarmante é percebermos que, se não temos conhecimento do passado indígena, também não temos do seu presente. Estas indagações estendem-se para as sociedades indígenas atuais. Também delas, “ilustres desconhecidas” em números precisos, em aspectos de cultura, de língua, de problemas estruturais de sobrevivência, o que se sabe? E adentrando mais profundamente, o que se faz?

O que parece ter merecido considerações apesar de representar uma sociedade que já não se faz presente em meio à população corupaense, merece ser descrito e contemplado em seus aspectos culturais, para que, então, lhe seja devolvida ao seu povo, quer seja no sentido de registro ou de patrimônio histórico material, acervo de sua cultura. Enquanto buscávamos referências de sua existência, a sociedade Xokleng, está, ainda, à mercê desse encontro com o seu patrimônio material deixado para trás assim como a vida que lhes pertencia antes da

chegada do imigrante europeu. Também não está decifrada a temporalidade da resistência ou tempo de fuga em que se encontraram nas florestas sem que fossem encontrados pelos pacificadores e/ou bugreiros. Ou ainda, as misturas decorrentes da não identificação de objetos culturais de uma ou outra sociedade indígena, classificados inadvertidamente apenas como indígena, como se fossem de uma mesma etnia. Enquanto os domínios do imigrante aparecem claros e seus pertencimentos são prontamente nomeados, o patrimônio indígena carece reconhecimento e identificação. As fragilidades decorrentes do tempo que poderá significar a perda perpétua de identificação não apresentam reclames dos povos indígenas, possivelmente pela dificuldade de se fazer o levante das partes que ficaram perdidas na história não contada ou contada de forma unilateral. Estarão aqui até quando? Terão representatividade por parte da identificação de seus costumes e técnicas feitas sempre pelas mãos dos brancos letrados ou merecerão da parte de sua etnia a identificação e a busca pelos fatos? O que faríamos nós, descendentes dos imigrantes de pele clara, se estivéssemos a mercê da interpretação de outros nomes e povos que não os nossos? Esta dissertação não finaliza com dúvidas em seu conteúdo previsto, mas sua extensão ocasionou, importantes registros a partir de memórias do colonizador que contemplaram o que buscávamos.

O conceito de etnohistória, o qual nos propomos a deslindar em um dos objetivos desta pesquisa, conforme Cavalcante (2011, p. 350), remete à história dos povos ágrafos, escrita a partir de fontes produzidas por outros povos, predominantemente os colonizadores do município e os imigrantes que para cá vieram. Dito isto, a etnohistória revelaria a “história do povo sem história”, evidenciando as transformações decorridas em ambas as culturas. Ora, o processo de conquista europeia da América, em nosso entendimento, está diretamente imbricado com a visão de etnohistória assim como a representação que os povos indígenas fazem acerca de sua própria história neste tempo, o que deveria ser objeto de pesquisa futuro.

Destacamos ainda, outro aspecto a ser discutido em pesquisas futuras: o indígena que estudamos em sua relação com o europeu, foi visto como um ser exótico à mercê de seus costumes para que seja representado ou em uma relação dialógica com o presente como se fez ao entrevistar o descendente do colonizador?

Parece-nos que as pesquisas acadêmicas remontam ao lado exótico, e, é claro, fundamentados nas questões da memória, também recorreremos a este olhar, mas que não seja este o fim único das pesquisas acadêmicas e dito isto, queremos trazer elementos desta pesquisa para outros trabalhos. Quais as implicações das novas culturas na sua identidade e pertencimento?

Afora estes elementos, a sustentação do grupo se faz por si. Ou seja, a autoidentificação, assim como no caso do colonizador, remete a questões de cunho cultural, religioso entre outros e de invocação da memória.

Em qualquer trabalho que intencione uma projeção etnográfica, é preciso que a historicidade destes seja respeitada, ou seja, compreender que houve mudanças, pois, desconsiderá-las pode frustrar o pesquisador ou ainda confundi-lo quanto ao seu referencial de pesquisa, caso não encontre o índio exótico (mesmo que nos sentidos de suas memórias) pelo qual espera.

De acordo com Cavalcante (2011):

Assim a etno-história caminhou para se consolidar como um método que congrega, principalmente, aportes da antropologia e da história, mas também e com grande importância de outras disciplinas, tais como a arqueologia e a linguística, por exemplo (EREMITES DE OLIVEIRA, 2003; ROJAS, 2008; TRIGGER, 1982).

Nesta discussão, a proposta interdisciplinar da etnohistória parece se evidenciar, sendo, portanto, uma categoria que não pode ser entendida como uma disciplina isolada ou independente. Enquanto pesquisadores, apontamos a questão da etnohistória para que seja discutida em pesquisas futuras, uma vez que o propósito desta pesquisa foi contemplado e que era o de problematizar a “pacificação” e aspectos da colonização do município de Corupá onde os indígenas não estavam representados, mas, uma vez que o foram, cabe a pesquisas futuras apreciar esta história do ponto de vista indígena e, aí sim, discutir a etnohistória. Ou seja, atribuir um significado, partindo da representação dos próprios indivíduos indígenas acerca do processo, em uma abordagem de historicidades internas, dando voz a uma sociedade que poderá representar-se em uma narrativa historiográfica que permitirá a interlocução com as narrativas construídas pelo europeu colonizador e seus descendentes.

A busca pelas fontes orais e as consequentes demandas arqueológicas, além da documentação escrita, representam o olhar de quem compreende a cultura ocidental como superior, como já fora descrito nesta pesquisa através de relatos. Desta forma, uma documentação produzida a partir do contato, deve apresentar elaborações diferentes daquelas de quem efetivamente as conhece por fazer parte dela. Os vestígios dessa sociedade precisam ser investigados, assim como a sua importância enquanto cultura material, asseverando de que, a partir dos materiais apresentados e do estudo acerca das técnicas para sua produção, levarão e o pesquisador mais atento a uma não permanência exclusiva ao contexto material, mas à sua importância social. E, assim, compreendemos que a partir do “inventário”

apresentado nesta pesquisa será possível dialogar com as demais áreas do conhecimento, especialmente a arqueologia, para que se estabeleça entre os testemunhos orais, escritos e materiais a relação historiográfica necessária para que seja contemplada de forma dinâmica a partir de diferentes perspectivas interdisciplinares.

A relevância desta identificação e conhecimento, da relação entre os aspectos socioculturais, sejam eles materiais ou imateriais que remontem à existência dessas sociedades no passado, assim como o entrecruzamento de diferentes contextos temporais trarão significativa contribuição para a discussão do significado da história a partir da tradição oral, da memória e do papel histórico dos indígenas na formação das culturas atuais.

Ampliar a rede de fontes para a história local, de modo a fornecer subsídios para futuras investigações arqueológicas, visando identificar o indígena na qualidade de agente histórico e social foi um dos resultados desta pesquisa. Fontes secundárias como obras de historiadores, artigos, dissertações que discutem as origens e identidades étnicas dos grupos indígenas Xokleng e/ou Kaingang, também deverão ser consideradas, para evitar uma abordagem restrita aos documentos disponíveis.

Uma vez que a pesquisa oral e os dados arqueológicos levantados para a região representam referências numa tentativa de valorizar as memórias locais, entende-se que seja possível promover outras versões ou ainda fortalecer aquelas que nos foram apresentadas para a interpretação da história local. Os relatos dos descendentes indígenas, sobretudo, também merecem ser buscados e compilados aos dados arqueológicos, coletados nas localidades pesquisadas e sistematizados para que seja possível estabelecer um estudo extensivo dos sítios e demais fontes. Se a etnohistória prescindir das fontes documentais, no caso de Corupá, a memória dos descendentes dos colonizadores, bem como os resultados das investigações desta pesquisa, talvez possam oferecer subsídios para o entendimento dos vestígios das sociedades do passado, e para que seja possível promover um estudo etnohistórico relacionando os dados históricos com elementos etnográficos sobre os grupos indígena Xokleng e/ou Kaingang numa tentativa de conhecer melhor esses indígenas que, antes e durante parte da colonização na região, ocuparam este espaço. Se os grupos indígenas em questão eram nômades e se deslocavam pelo espaço em função de suas atividades de subsistência, como a caça, a pesca e a coleta de sementes, os objetos, disponíveis em posse dos descendentes e ainda muitos nos locais, talvez possam melhor auxiliar no histórico de ocupação das terras pelos imigrantes e da pacificação/ massacre dos indígenas e, especialmente, os que, possivelmente resistiram e não foram para os aldeamentos conforme

constante nos registros escritos e até mesmo situar locais para trabalhos arqueológicos futuros. Se houve remanescentes e descendentes destes, para onde foram?

Quando questionados os descendentes entrevistados apenas relatam desconhecer o destino, entretanto, as datas não coincidem. Ou seja, a Sra. Renate Berthelsem relata que seu filho Miro viu e passou pelos indígenas quando tinha quatro anos de idade. Hoje Miro tem sessenta anos. Isso significa que o relato remete ao ano de 1959. Bem diferente do que o que consta no livro de Kormann (1985), que destaca que após 1914 não se viu mais indígenas em Corupá. O genitor desta pesquisadora relatava à mesma na infância que, um ano após seu nascimento, ainda havia indígenas na mata na localidade do Garajuva. Quando na infância o avô sinalizava a “descida” dos bugres mansos, já corria o ano de 1978. Claro, neste caso, a miscigenação, possivelmente era a responsável pela presença dos bugres, mas mesmo esta deve ter ocorrido bem após 1914, pois esta pesquisadora lembra-se de crianças entre os “bugres mansos”. Já a senhora Marlene Hofmann Corrêa, destaca que não consegue precisar, mas acredita que próximo do ano de 1975 ainda existiram indígenas ou descendentes destes no bairro Bomplandt.

Segundo Santos (1973), a facção Xokleng do sul do Estado foi exterminada por bugreiros em 1925. Em 1949, três sobreviventes foram contatados por caçadores entre os municípios de Orleans e São Joaquim. Destes, dois morreram de gripe e um foi levado para os Xokleng de Calmon. Os Xokleng da Serra do Tabuleiro foram tidos com arredios ao contato até o início dos anos 70. Embora muito se falasse sobre a sua existência na região, eles nunca foram contatados, estando muito provavelmente já mortos ou integrados à sociedade nacional sem qualquer registro etnográfico.

Buscamos então, associar os relatos aos locais referenciados nas entrevistas, tentando aproximar o que foi descrito ao que na infância, esta pesquisadora ouvia e traçava mentalmente a respeito do percurso dos indígenas no município de Corupá/SC:

Foto 24 – Mapa da região em que se localizam as residências dos avós paterno e materno, (Corupá, 2015).



Fonte: GOOGLE MAPS (adaptado)

E, em comparação, após as entrevistas, o desenho do local, coincide exatamente com o exposto na infância, quando ao receber a ponta de flecha do avô materno, para confirmar a história tantas vezes contada, o avô destaca: “Essa flecha o vovô ganhou de um índio. Guarde para você lembrar das histórias que o vovô conta e dos índios também”. (Foto 1), que, por sua vez coincide com os materiais encontrados pelos descendentes e guardados por eles. Ou seja, eles estiveram por aqui, os registros nos parecem suficientes para essa afirmação. Que pesquisas futuras deem conta de detalhes de cunho arqueológico e que a etnohistoria possa compreender os passos que esta pesquisa não abarcou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entrevistas, os materiais apresentados pelos entrevistados, comprovaram a existência de indígenas em Corupá no passado. Quanto aos relatos e a veracidade deles, o que nos satisfaz é que, enquanto fonte documental para produção da história indígena de Corupá, sua presença está arraigada na memória dos entrevistados. Nesta dissertação, o indígena também foi objeto de pesquisa, apresentado pelo olhar do descendente do colonizador. Foi descrito e contado ora como selvagem, ora como alguém com quem se tinha contato pacífico. Por aquilo que foi dito sobre ele, novos olhares e novos conceitos recuperam valores com nuances diferentes. O indígena se fez presente nestas páginas, os ideais dos colonizadores também. A dúvida quanto ao desconhecido, as formas de reagir ao invasor e com o invadido ficaram registrados na memória das pessoas entrevistadas e agora nestas páginas. Quanto ao apagamento de sua passagem, de sua história em Corupá, não é mais possível considerá-la. Apesar de registrado nos municípios vizinhos, apesar de tratado nas páginas dos livros e jornais, sabemos que, de alguma forma, lhes foi subtraído o direito de integrantes de um espaço geográfico e de uma identidade cultural, do ponto de vista dos registros escritos. Apesar de, como grupo, não serem totalmente desconhecidos, eram chamados de bugres vistos na mata, indivíduos que sorratamente deixaram a marca de sua presença. Mas fizeram parte da história de Corupá.

O objetivo de problematizar a história do município de Corupá nos levou a trilhar um percurso onde algumas das lacunas da história mereciam ser compartilhadas e um projeto deste porte perpassa momentos de dúvidas, de intervenções, mas acima de tudo de mediações dos interlocutores desta história. As vozes dos diferentes autores que colaboraram com esta pesquisa, apresentadas no decorrer de toda a dissertação, contribuíram para afirmar a importância, não apenas da pesquisadora atingir seus objetivos, mas, essencialmente, dos entrevistados, em contar a sua história, o que suas memórias tinham preservado e o que não havia sido dito por eles.

Deste modo, foi importante conhecer memórias “apagadas” para repensar os registros sobre o processo de colonização do município de Corupá. Mediar um espaço entre o tempo decorrido e as inferências da memória, abordando aspectos das culturas e das etnias envolvidas, sobretudo a busca pela compreensão do que não foi dito através dos registros escritos não ficou perdido para sempre. A linearidade histórica que parece ser convencional em todos os tempos, abriu espaço para o diálogo, para a liberdade de expressão, os quais nos

levaram a um entendimento do decurso sem estereótipos, mas com contribuições significativas sobre as imagens dos envolvidos nesta ação. Neste sentido, as leituras de Candau (2011), Halbwachs (1990), Bergson (1999) e Ribeiro (1995) foram necessárias para que compreendêssemos o que adveio de cada uma das narrativas.

Esta compreensão foi possível após inúmeras leituras e releituras, após eliminar excessos apontados pela orientadora e pela banca de qualificação, pois nestes momentos foram enfatizadas questões sobre as quais a certeza era o impedimento da mediação entre o que estava posto e as características essenciais das entrevistas e textos transcritos. Adentrar na história do passado evidenciada nas memórias dos entrevistados, demandou um alinhamento com os teóricos que fundamentam esta pesquisa. Estudar Candau e constituir uma analogia a Halbwachs trouxe significativas contribuições para nossa compreensão acerca da memória coletiva e memória individual. Halbwachs, apresenta memória coletiva como derivada da memória individual porém, que isso é possível a partir, principalmente, das representações feitas pelos narradores, pois ali se perceberá o quanto cada um dos fatos ignorados ou não pela história escrita inferiu em suas memórias a ponto de constituir-se na coletividade. Parafraseando Bergson (1999), podemos compreender a memória como ponto de partida das leituras feitas pelos próprios entrevistados, através das imagens mentais que enfatizaram lembranças e influenciaram a percepção destes acerca do ocorrido no tempo de seus ascendentes e da colonização do município.

José Kormann (1985) em seu livro que partiu essencialmente das narrativas de um descendente de colonizador de Corupá. Foi precursor ao evidenciar que a “história oral” proporcionaria uma mediação entre o que já estava posto e o que merecia ser contado. Contou, através das memórias de Gehardt Hermann, consciente de seu papel de historiador. Estas descobertas contribuíram para reforçar a importância do investimento no que se propunha nesta pesquisa. Questões trazidas do contexto de um passado que ainda ressoa na memória dos descendentes dos colonizadores podem ser trazidas ao contexto atual descortinando aspectos que eles mesmos queriam trazer. Percebendo-se desta forma, que o intento de contar a história não era apenas ser justa com a criança do passado, que fora chamada de mentirosa por afirmar em uma redação escolar que existiram indígenas em Corupá, mas, além disto, evidenciar o que ocorrera a partir do olhar do colonizador.

Além da exposição das memórias, entendemos que foi valorizada a constatação que cada uma destas pessoas teve a respeito do processo de colonização. Evidenciou a questão central da pesquisa: a problematização acerca do ocorrido. Contudo, ações sequenciais de

pesquisa merecem ser aplicadas, em nosso entendimento, atentando para questões de etnografia e etnohistoria.

Eventos subsequentes a esta pesquisa também passarão a ser planejados, pois houve a predisposição dos entrevistados em participar da elaboração de um livro de história infantil com cunho didático, assim como a ideia de conversar com jovens e crianças em idade escolar, a respeito do tema. Constatar o interesse em refletir, questionar e arguir a respeito do ocorrido amplia o campo para pesquisas futuras. Pretendemos, portanto, partir em busca de novos desafios.

As portas que nos foram abertas para desenvolvimento desta pesquisa, possibilitaram a criação de um espaço de discussão sobre memória e história. Acreditamos que se iniciou um espaço de discussão, especialmente no segundo e terceiro capítulos não apenas do ponto de vista científico, mas alargando relações pessoais com o passado. Ao construir memórias através do olhar de cada entrevistado, compartilhamos o que a memória preservou e esta aproximação foi essencial, por ser um assunto que envolvia a todos. Estreitaram-se laços entre a história escrita e a história oral, pois a comparação foi inevitável. Desta forma, ampliaram-se os conhecimentos e a visão sobre a história do município na época da colonização. Foram elencadas as vozes de quem no passado se calou e de quem no presente não havia sido arguido. As relações entre o tempo e questões de pertencimento e esquecimentos foram pauta de estudos e de incontáveis reflexões. A construção intergeracional da memória deu-se a partir de narrativas dos descendentes, além da coleta de dados e imagens dos objetos que se constituem em evidências da passagem indígena em solo corupaense.

Sendo as lembranças pautadas, articuladas e alimentadas a partir das relações desenvolvidas nos diferentes grupos sociais, compreendemos que, de acordo com a posição que estes indivíduos ocupam no contexto histórico passado e atual, foi possível compreender percepções e representações do passado e, analogamente, percebê-las diante representações historicamente construídas ou determinadas no discurso oficial escrito.

A forma como os indivíduos são representados nos sistemas sociais, seu senso de pertencimento, seu referencial de conduta, constroem dinamicamente sua identidade. A memória de uma sociedade, por sua vez, contempla o caráter individual e coletivo daqueles que a compõem. Entretanto, sem memória, decorre o desaparecimento de uma cultura e o caráter coletivo torna-se inconsistente. Inicialmente parecia paradoxal a tentativa de contar a partir das memórias dos colonizadores e referenciar o indígena historicamente no processo de colonização de Corupá de forma não estereotipada, entretanto, a partir destas mesmas memórias percebeu-se o indígena representado também como agente histórico e não mero

coadjuvante. Ele foi percebido e apresentado como integrante reconhecido culturalmente, cuja história foi marcada por adversidades a partir do encontro com o branco colonizador.

Está dito o que pretendíamos, está registrado, especialmente pelos recursos da metodologia da história oral; está representado por imagens, está respondida a questão inicial desta pesquisa: Corupá, antiga Hansa Humboldt, foi cenário de conflitos com o morador das florestas, o indígena que lá viveu. O indígena viveu em solo corupaense na época da colonização do município, e, de acordo com as descrições das entrevistas e com as imagens do livro de Kormann, foi da etnia Xokleng. É o que nos propúnhamos a discorrer. Está feito.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar:** Textos em História oral. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

ALVES, Rosilene Maria. **Se mostram de novo os bugres:** abordagens da imprensa catarinense sobre o indígena (1900-1914). 2000. 130p. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ARANTES, Antonio. O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda. **Revista Resgate**, n. 13, p.11-18, 2004.

ARAÚJO, Felipe. **Caminho de Peabirú.** Disponível em: <http://www.historiabrasileira.com/brasil-pre-colonial/caminho-do-peabiru/>>. Acesso em: 05 maio 2015.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem.** Tradução de Michael Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1990.

BANDEIRA, Dione da Rocha; ALVES, M. C. **Diagnóstico Arqueológico das Áreas de Atividade de Mineração de Areia e Cascalho na Bacia Hidrográfica do Rio Itapocu – SC.** Relatório Final. Joinville: CARUSO JR Estudos Ambientais Ltda 2001.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória:** Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução de Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.** Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 30 mar. 2015.

BRASIL. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961.** Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm>. Acesso em: 10 maio 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 10 maio 2015.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Xokleng e a memória perdida**: a história que é melhor não contar. Disponível em: < <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=7753>>. Acesso em: 05 maio 2015.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Povos indígenas em Santa Catarina**. Disponível em: < <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/08/povos-indc3adgenas-em-santa-catarina.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Etno-história e História indígena**: Questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. *História* (São Paulo), v. 30, n. 1, p. 349-371, jan.-jun. 2011.

CHAGAS, Mário de Souza. Memória e poder: Dois movimentos. **Cadernos da Sociomuseologia**, Campo Grande, v. 19, n. 19, p. 43-81, 2002.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Tradução de Sandra Castello Branco. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In. RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert (Org.). **Uma trajetória filosófica**: Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FREIRE, José Ribamar Bessa: **O pajé que fala com as árvores**. Disponível em: <<http://www.patrialatina.com.br/colunaconteudo.php?idprog=3a824154b16ed7dab899bf000b80eeee&cod=2022>>. Acesso em: 15 maio 2013.

FREITAS, Edinaldo Bezerra de. Fala de índio, história do Brasil: o desafio da Etno-história indígena. **Revista História Oral**, v.7, n.1, p. 181-197, 2004.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio. **Povos Indígenas**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br>>. Acesso em: 04 dez. 2014.

GARROTE, Martin Stabel. **Os conflitos étnicos entre colonos e índios no Sul de Blumenau/SC**. Disponível em: < <http://www.ucs.bretc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2169/400>>. Acesso em: 05 jun. 2015

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HOERHMANN, Rafael Casanova de Lima e Silva. **O Serviço de Proteção aos Índios e a desintegração cultural dos Xokleng (1927 – 1954)**. Formação técnica. Tese (Doutorado) – UFSC, Florianópolis, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O Brasil indígena**. Disponível em: < <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/o-brasil-indigena-ibge>>. Acesso em: 15 out. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Corupá: Histórico**. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=420450>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

KILIAN, Frederico. **Subsídios à crônica de Blumenau**. Disponível em: < http://blucad.arquivodeblumenau.com.br/wp-content/uploads/2014/10/convert-jpg-to-pdf.net_2014-10-21_18-11-52.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2015.

KORMANN, José. **Hansa Humboldt ontem, hoje Corupá**. Florianópolis: s.n., 1985.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?** A questão dos Bens Culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

NETO, Regina Beatriz. Historiografia, diversidade e História Oral: Questões Metodológicas. In: MONTENEGRO, Antônio Torres (Org.). **História Oral: Desigualdades e diferenças**. Recife: UFPE, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 3-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. A história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. **Espaço Ameríndio**, v.6, n.2, p.178-218, jul.-dez. 2012.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, jul.-dez. 1989.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alan François. São Paulo: Unicamp, 2007.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e Brancos no Sul do Brasil**: A dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: Edeme, 1973.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Os índios Xokleng**: Memória Visual. Florianópolis: UFSC, 1997.

SILVA, Glauco Silvestre. **História Catarina**. Disponível em: <http://saojoaquimonline.com.br/saojoaquimdefato/?page_id=118>. Acesso em: 18 out. 2015.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História oral. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. **Retrato de Martinho Marcelino de Jesus**. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/77994933@N07/7993818580/in/set-72157631552809908/>>. Acesso em: 25 set. 2015

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **Patrimônio Cultural Imaterial**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/intangible-heritage/>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

VIEIRA, Elza. **Simbolismo e reelaboração na cultura material dos Xokleng**. Dissertação (Mestrado) – UFSC, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87682/202156.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. Companhia das Letras – 1995 São Paulo Segunda edição.

APÊNDICE A - AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM

Eu, _____ abaixo assinado (a), autorizo nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, no seu capítulo X, art. 5, à Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ, mantenedora da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, a utilizar minha imagem e/ou voz, diante da aprovação do material apresentado, em qualquer mídia eletrônica, falada ou impressa, bem como autorizar o uso de nome, estando ciente de que não há pagamento de cachê e que a utilização destas imagens será para fins da pesquisa **“As memórias orais de Corupá, terra dos Xokleng e Kaingang: uma literatura a ser construída a partir de olhares dos descendentes dos colonizadores”**, cujo objetivo é problematizar construções da história da colonização do município de Corupá/SC, que demarquem as vivências e referenciem os índios Xokleng e Kaingang e suas relações com o europeu colonizador.

Assinatura: _____

Corupá, ____ de _____ de 20____.

APÊNDICE B - FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE ENTREVISTA ORAL

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO/A

1.1 Nome: _____

1.2 Sexo: () Masculino () Feminino

1.3 Data de Nascimento: ____/____/____.

1.4 Local de Nascimento: Município: _____ Estado: _____
País: _____

1.5 Filiação:

Pai _____

Mãe _____

1.6 Profissão: _____

1.7 Escolaridade:

() ensino fundamental

() mestrado

() ensino médio

() doutorado

() graduação

() pós-doutorado

() especialização

1.8 Área de formação:

() Ciências Agrárias

() Ciências Humanas

() Ciências Biológicas

() Ciências Sociais aplicadas

() Ciências da Saúde

() Engenharias

() Ciências Exatas e da Terra

() Linguística, Letras e Artes

1.8.1 Graduação _____

1.8.2 Mestrado: _____

1.8.3 Doutorado: _____

1.8.4 Pós-doutorado: _____

1.9 Estado civil:

() solteiro

() divorciado(a)

() casado

() viúvo(a)

() separado(a)

1.10 Endereço: Rua: _____

nº _____ Complemento: _____ Bairro: _____ CEP: _____

1.11 Contato: Telefone: _____

2. ENTREVISTADOR/ES

2.1 Nome: Fabiane Heller

2.2 Escolaridade:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> ensino fundamental | <input type="checkbox"/> mestrado |
| <input type="checkbox"/> ensino médio | <input type="checkbox"/> doutorado |
| <input type="checkbox"/> graduação | <input type="checkbox"/> pós-doutorado |
| <input checked="" type="checkbox"/> especialização | |

2.3 Área de formação:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Ciências Agrárias | <input checked="" type="checkbox"/> Ciências Humanas |
| <input type="checkbox"/> Ciências Biológicas | <input type="checkbox"/> Ciências Sociais aplicadas |
| <input type="checkbox"/> Ciências da Saúde | <input type="checkbox"/> Engenharias |
| <input type="checkbox"/> Ciências Exatas e da Terra | <input type="checkbox"/> Linguística, Letras e Artes |

2.3.1 graduação: Pedagogia

2.3.2 mestrado: _____

2.3.3 doutorado: _____

2.3.4 pós-doutorado: _____

2.4 Filiação institucional: UNIVILLE

2.5 Endereço: Rua: _____

nº _____ Complemento: _____ Bairro: _____ CEP: _____

2.6 Contato: Telefone: _____

3. ENTREVISTA

3.1 Palavras-chave: _____

3.2 Objetivo(s): _____

3.3 Resumo: _____

3.4 Tipo de entrevista: (x) Temática () História de vida

() Outro: _____

3.5 Local: Município: Corupá Estado: SC País: Brasil

3.6 Data: ___/___/___

3.7 Suporte: (x) digital () magnético (x) impresso

3.8 Mídia: () CD () DVD () Fita cassete (x) Fita microcassete MC-60

3.9 Quantidade: _____

3.10 Duração: _____

4. PROJETO

4.1 Título do projeto: _____

4.2 Período de vigência: _____

4.3 Responsável: _____

4.4 Natureza: () ensino () pesquisa

() extensão () outro

4.5 Nível acadêmico:

() graduação () iniciação científica

() especialização () mestrado

() doutorado () pós-doutorado

() outro _____

4.6 Instituição: _____

4.7 Área de conhecimento:

() Ciências Agrárias

() Ciências Biológicas

() Ciências da Saúde

() Ciências Exatas e da Terra

() Ciências Humanas

() Ciências Sociais aplicadas

() Engenharias

() Linguística, Letras e Artes

4.8 Órgão de financiamento: _____

4.9 Objetivo(s): _____

4.10 Resumo: _____

4.11 Palavras-chave: _____

5. TRANSCRIÇÃO: ()SIM ()NÃO

5.1 Autor/a: _____

5.2 Data: ____/____/____ .

5.3 Endereço: Rua: _____

nº _____ Complemento: _____ Bairro: _____ CEP: _____

5.4 Contato: Telefone: _____

5.5 Número de folhas: _____

5.6 Número de cópias: _____

5.7 Observações: _____

6. TERMO DE DOAÇÃO

6.1 Data da assinatura: _____

6.2 Restrições: () Sim () Não

PREENCHIDA POR: _____

DATA: ____/____/____

Entrevistador/a

APÊNDICE C - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

- Identificação Inicial: dia, mês e ano da entrevista, nome do entrevistador e sua função, local da entrevista, nome do entrevistado e sua profissão.
- Identificação do Projeto: conteúdo que será tratado na entrevista, o título da pesquisa envolvida e os responsáveis.
- Registro da anuência do entrevistado/a em relação aos procedimentos da entrevista: gravação e transcrição, utilização durante a pesquisa e posteriormente, a doação do material ao Laboratório de História Oral, da UNIVILLE.
- Identificação do entrevistado/a: nome, idade, data e local de nascimento, nome dos pais.
- Endereço e o tempo que mora no local
- Você tem algum grau de parentesco com o imigrante colonizador de Corupá? Qual?
- Ouviu falar em índios que habitavam Corupá na época da colonização pelos imigrantes Europeus?
- O que conhece sobre essa história?
- Sabe a que tribo/grupo eles pertenciam?
- O que sabe sobre como se deu a pacificação dos índios?
- Viu ou tem algum material que possa identificar a estada deles em terras corupaenses?
 - Sabe o local de onde provém esse material?
- Tem algum material cerâmico ou fotos com identificação do local de estada desses índios?
- Sabe de algum local onde tenha vestígios da estada dos índios em terras corupaenses que ainda hoje possam ser identificados?
- Sabe da existência de algum índio fora da reserva indígena de Ibirama e que tenha feito parte do grupo indígena que viveu em Corupá?
- Identifica essas histórias e vestígios como integrantes do patrimônio cultural da região? Acha importante?
- Conhece algum morador antigo ou pessoa que pode dar mais informações sobre esses assuntos?
- Percebe ou percebeu algum interesse do governo do município em resguardar essa história?
- Nos anos escolares recebeu informação a respeito dos índios em Corupá, especificamente?
- Tem outras informações que queira nos dar?
- Agradecimentos.
- Encerramento da entrevista.

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Conforme Resolução nº 196 de 10 de Outubro de 1996 (Conselho Nacional de Saúde)

Eu, _____, aceito livremente participar da pesquisa intitulada: “**As memórias orais de Corupá, Terra dos Xokleng e Kaingang: uma literatura a ser construída a partir de olhares dos descendentes dos colonizadores**”, sob a responsabilidade da pesquisadora Fabiane Heller, aluna do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Esta pesquisa tem como objetivo problematizar construções da história da colonização do município de Corupá/SC, que demarquem as vivências e referenciem os índios Xokleng e Kaingang e suas relações com o europeu colonizador. Autorizo a utilização de minha voz ao conceder depoimentos orais, bem como autorizo o uso de nome, estando ciente de que não há pagamento de cachê e que a utilização destas informações será para fins institucionais. Estou ciente de que o pesquisador responsável prestará esclarecimentos sobre os procedimentos a serem realizados e que esta pesquisa não trará risco à minha integridade física e moral, sendo os demais riscos mínimos. As informações obtidas neste estudo serão úteis cientificamente, especialmente para as áreas de Arqueologia e Patrimônio Cultural e poderão ser divulgadas em publicações e congressos. Em qualquer momento do estudo, poderei solicitar maiores esclarecimentos sobre o seu desenvolvimento e serei prontamente atendido pela pesquisadora responsável, bem como, poderei me recusar em responder quaisquer das perguntas, independentemente de justificativas. Minha participação é, portanto, voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem qualquer ônus ou consequência para mim. Será garantido sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa e poderei me recusar a participar ou retirar meu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo. Este documento está redigido em duas vias, uma pertence a pesquisadora citada e a outra ao sujeito da pesquisa. Para outras informações, esclarecimentos ou reclamações, entrar em contato com Fabiane Heller através do telefone celular 47 88149525 ou pelo e-mail fab_i_heller@yahoo.com.br

ATENÇÃO: A SUA PARTICIPAÇÃO EM QUALQUER TIPO DE PESQUISA É VOLUNTÁRIA, EM CASO DE DÚVIDA QUANTO AOS SEUS DIREITOS, ESCREVA PARA: COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVILLE. ENDEREÇO: Rua Paulo Malschitzki, 10. CAMPUS UNIVERSITÁRIO – ZONA INDUSTRIAL. CAIXA POSTAL 246. CEP: 89219-710 JOINVILLE/SC. OU ENTRE EM CONTATO PELO TELEFONE: 3461-9235

Corupá, _____ / _____ / _____.

Participante ou responsável

Pesquisador responsável

APÊNDICE E - TERMO DE DOAÇÃO DE ENTREVISTA ORAL

Pelo presente termo, eu _____, residente a rua _____ nº _____, complemento _____ no município de _____, estado de _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, expedida por _____, cedo ao Laboratório de História Oral da UNIVILLE – LHO, todos os direitos de uso e divulgação que me correspondem, do conteúdo da entrevista por mim concedida a _____, Cédula de Identidade nº _____, totalizando _____ horas e _____ minutos de gravação. Declaro também que autorizo, a partir desta data, a consulta _____ (com/sem) restrições ao conteúdo da gravação por qualquer pessoa interessada, assim como autorizo sua reprodução, de qualquer forma e em qualquer suporte, pelo Laboratório de História Oral da UNIVILLE, sem alteração de seu contexto. Ademais, declaro estar ciente de que a gravação da entrevista por mim concedida será encaminhada para uma Comissão que irá deliberar sobre sua incorporação (ou não) ao acervo de Acervo do Laboratório de História Oral da Univille.

OBS.: Restrições (se for o caso): _____

 _____.

Corupá, _____ de _____ de _____.

 Entrevistado/a

 Entrevistador/a

 Testemunha

 Testemunha